



Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais

**O Alentejo e as Peregrinações
Transnacionais
no Século XX: 1926 e 1927**

Tese para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Históricos Europeus

Élia Maria Andrade Mira

Sob a Orientação do
Professor Doutor Helder Adegar Fonseca

Évora, 2013

ÍNDICE

Resumo	6
Nota introdutória e agradecimentos	7
Introdução	9
CAPÍTULO 1 - AS PEREGRINAÇÕES EUROPEIAS COMO OBJETO HISTORIOGRÁFICO - O interconhecimento europeu não traumático	11
CAPÍTULO 2- PORTUGAL E A EUROPA NO PÓS 1ª GUERRA MUNDIAL – POLÍTICA E RELIGIÃO	17
2.1 - O contexto nacional – República e Religião	17
2.2 - O contexto internacional – A «crise europeia»	22
CAPÍTULO 3 - AS PEREGRINAÇÕES ALENTEJANAS DE 1926 E 1927	24
3.1 - A organização	24
3.2 - A viagem até Lourdes	32
3.3 - A estada em Lourdes	40
CAPÍTULO 4- OS PARTICIPANTES	44
4.1 - Caracterização e recrutamento espacial dos peregrinos	44
4.2 - O Perfil sócio-ocupacional dos peregrinos	51
4.3 - A peregrinação a Lourdes, uma jornada familiar	57
4.4 - Número de idas	61
Capítulo 5 - O INTERCONHECIMENTO EUROPEU A PARTIR DAS PEREGRINAÇÕES ALENTEJANAS	63
Conclusões	72
Fontes e Bibliografia	74
Anexo gravado em suporte digital	80

Resumo

A presente investigação tem como âmbito de estudo a experiência de transnacionalidade e de interconhecimento europeu proporcionados pelas peregrinações alentejanas a Lourdes em 1926 e 1927.

Fenómeno em ascensão ao longo do século XX, o turismo religioso foi incentivado, na primeira metade do século, pela Igreja Católica como uma estratégia de afirmação da instituição que se constituiu como organizadora de um movimento europeu que mobilizou, e mobiliza, milhões de intervenientes. Os peregrinos que participaram nas Peregrinações Alentejanas, ainda que recrutados a nível diocesano, integraram uma comitiva mais vasta, predisposta a cumprir um programa previamente estabelecido pela hierarquia religiosa. Estas peregrinações configuram um exemplo da expansão do turismo religioso, atestado na afluência de multidões ao Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, em França, cujo programa favorecia, para além da mobilidade geográfica, uma experiência de transnacionalidade e de interconhecimento europeu.

Conceitos: Peregrinações Religiosas, Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, História Transnacional , Interconhecimento Europeu.

Abstract

Alentejo and the transnational pilgrimage on the 20th century :

1926-1927

This investigation aims at studying the transnational and international awareness provided by the pilgrimages of people from Alentejo, Portugal to Lourdes, France between 1926 and 1927.

Religious tourism, a steadily growing phenomenon throughout the 20th century, was incentivated especially during the first half of the century by the Catholic Church which, using it as a strategy of affirmation, organized a european movement that mobilized, and still mobilizes, millions of participants. The pilgrims of the so called “Peregrinações Alentejanas”, even when recruited by local bishopries, integrated a larger entourage willing to follow the travel plan previously established by the religious hierarchy.

These pilgrimages convey a good example of the religious tourism expansion as seen in the multitudinary influx of peoples in the Sanctuary of Our Lady of Lourdes, in France, favouring an experience of transnationality and european interknowledge besides the natural geographical mobility.

Key Words: Religious Pilgrimage, Sanctuary of Our Lady of Lourdes, Transnational History, European Interknowledge.

Nota introdutória e agradecimentos

O presente estudo desenvolveu-se ao longo de dois anos, em articulação com a minha atividade de docente do ensino secundário e de presidente de uma Junta de Freguesia desta cidade.

Ao Professor Doutor Helder Adegar Fonseca, orientador desta dissertação de mestrado, que um dia me fez equacionar a possibilidade de regressar ao meio académico, que me despertou a curiosidade pela existência dos manuscritos da Sé que deram origem a esta investigação e que me acompanhou ao longo deste dois anos, com sugestões, com preciosas lições e com palavras de grande incentivo para que o trabalho prosseguisse a bom ritmo, deixo uma palavra de agradecimento pois sem o seu apoio não teria sido possível concluir este estudo.

Quero agradecer também à Professora Doutora Fátima Nunes pela preciosa ajuda que me proporcionou na elaboração da memória da dissertação e na descoberta de um caminho a seguir no âmbito da História Transnacional; aos colegas de profissão, Fernando Gameiro e Manuel Baioa, que sempre me ajudaram, de forma diligente, nas diversas solicitações que lhes dirigi, ao Professor Doutor Joaquim Lavajo pelo acesso incondicional ao Arquivo da Sé de Évora e aos manuscritos que serviram de suporte a esta dissertação; aos funcionários e diretores do Arquivo Municipal de Évora e de Beja pela resposta diligente às solicitações de consulta que lhes dirigi.

Não podia, neste campo do reconhecimento a todos os que foram importantes para que eu pudesse chegar a esta fase, esquecer o apoio da direção da Escola Secundária Gabriel Pereira, onde leciono História, nas pessoas dos Diretores Dr. Ananias Quintano e Dr Joaquim Félix, pela gestão humanista dos recursos que souberam imprimir a esta instituição e que me permitiu desenvolver o

meu trabalho de investigação em perfeita articulação com as obrigações profissionais.

À minha irmã, Graça Mira Silva, que ao longo destes dois anos realizou também uma investigação tendente a apresentar a dissertação de mestrado, quero agradecer pelo companheirismo, pela troca de ideias mas, sobretudo, pelo apoio incondicional nas horas mais difíceis. À minha mãe que sempre me demonstrou que era possível articular as diversas exigências que são colocadas, em particular às mulheres, com uma vida familiar equilibrada, agradeço pelas lições de vida que me prestou através do seu exemplo. Ao meu pai, Elias Mira, que se envolveu de forma ativa no progresso deste trabalho, não me deixando fraquejar sobretudo nas alturas em que as exigências profissionais pareciam colocar em perigo a finalização deste estudo, deixo o meu profundo reconhecimento pelo seu exemplo de autodidata para quem os obstáculos podem ser sempre removidos com trabalho e empenho.

Por fim umas palavras de agradecimento ao meu marido Tiago Silva e ao meu filho Carlos Mira Marques, por terem sido sacrificados ao longo de dois anos pela minha ausência e, ainda assim, terem demonstrado uma elevada capacidade para continuarem a incentivar-me todos os dias. Por isso, quero dedicar esta tese de mestrado à minha família que, na véspera da entrega desta dissertação, cresceu com o nascimento da minha neta Clara Isabel.

Introdução

A presente dissertação tem como âmbito de estudo o interconhecimento europeu proporcionado pelas peregrinações transnacionais a Lourdes, organizadas pela Arquidiocese de Évora e que decorreram em 1926 e 1927. Este estudo pretende contribuir para uma nova escrita da História Social que se apoia numa abordagem transnacional, e que visa contribuir para a compreensão de um fenómeno que, sendo regional, se inscreveu, pela sua extensão, num quadro europeu e mundial. As abordagens da História Social aos fenómenos da transnacionalidade têm conhecido um crescendo significativo, sobretudo a partir da década de sessenta do século passado.

Não se pretende com este estudo fazer História Local mas, a partir do estudo de uma fonte muito focalizada, composta por dois manuscritos do Arquivo da Sé de Évora, intitulados *1ª Peregrinação Alentejana a Lourdes* e *2ª Peregrinação Alentejana a Lourdes*, contribuir para uma escrita da História da Europa onde a História de Portugal tenha assento, a partir da investigação feita numa universidade portuguesa, e obedecendo a uma linha de investigação que tenha como matriz a história social. O objetivo desta dissertação é suprir uma lacuna através da abordagem de um tema que tem estado ausente das agendas de investigação dos historiadores portugueses.

Em 1926 e 1927 dois grupos de pessoas que viviam numa «região» europeia, participaram num movimento que reuniu no mesmo espaço crentes oriundos de diversos países e dispostos a participar numa grande cerimónia coletiva. Desde a saída de casa até ao regresso há um enriquecimento proporcionado por uma experiência plural. Aqui reside o enfoque da nossa investigação: tentar compreender de que modo as peregrinações transnacionais configuraram experiências de interconhecimento europeu. Procuraremos ainda perceber se, no

período em causa, quem participa nestas peregrinações se conforma dentro da designação de elite social, o grupo que tradicionalmente viajava para o estrangeiro, ou se há um alargamento da composição social destes grupos de viajantes.

A unidade a analisar será, por conseguinte, a Europa como espaço de movimentações transnacionais a partir das peregrinações alentejanas de 1926 e 1927. Apesar de estas peregrinações terem uma base de recrutamento claramente regional elas inscrevem-se num movimento europeu que, desde finais do século XIX, se vinha acentuando com uma afluência crescente ao Santuário de Lourdes. O contexto histórico em que este estudo se desenrola enquadra-se por um lado no período entre as duas guerras mundiais, e em termos nacionais no contexto político da 1ª República e do relacionamento tenso entre o Estado e a Igreja Católica onde o Sul, região de onde partem estas peregrinações, se caracteriza como menos religioso do que o Norte de Portugal. Parece-nos assim que este tema é transversal e pode ser inserido no contexto regional, nacional e europeu, entroncando num movimento que ultrapassa as fronteiras políticas, linguísticas, culturais e temporais.

O conjunto de fontes que servirá de suporte a esta investigação é constituído por dois manuscritos que estão incluídos no espólio do Arquivo da Sé de Évora onde foram registados os nomes, os locais de origem e onde foram apenas as fotografias dos viajantes. Neles também constam as datas e os carimbos das alfândegas, bem como as autorizações oficiais para a deslocação entre Évora e Lourdes. A pesquisa estendeu-se ainda aos jornais *A Defesa*, *Boletim Eborense*, *Notícias d' Évora* e *Novidades* em depósito na Biblioteca Municipal de Évora e no Arquivo Distrital de Évora, onde foram localizados diversos artigos sobre esta e outras peregrinações dando informação sobre a viagem e sobre os peregrinos. Os recenseamentos eleitorais de 1926 dos concelhos de Évora e Beja, assim como o registo do pedido de passaportes, foram fontes essenciais para tentar reconstruir o perfil social dos peregrinos. Uma proposta que fica em aberto para futuros estudos será a análise de outras fontes que permitam aprofundar o conhecimento sobre o universo feminino que participou nestas peregrinações.

CAPÍTULO 1

AS PEREGRINAÇÕES EUROPEIAS COMO OBJECTO HISTORIOGRÁFICO

O interconhecimento europeu não traumático

O turismo, e em particular o turismo religioso, parece ter estado afastado das agendas de investigação até quase aos finais do século XX. Este assunto começou por ser tratado no contexto das ciências sociais, nomeadamente da Sociologia e da Antropologia e hoje ganha relevo pelo peso que representa na economia de algumas regiões. Colocar o turismo religioso numa perspetiva histórica, partindo de uma fonte muito focalizada, e enquanto facilitador do interconhecimento europeu, é o desafio que me proponho ultrapassar.

A historiografia portuguesa dedicada ao período contemporâneo, pese embora o interesse dado às migrações internacionais de trabalho, não inscreveu ainda na agenda de investigação um capítulo dedicado às peregrinações como fenómeno de mobilidade geográfica e de interconhecimento transnacional. Podemos classificar o atual panorama como um deserto historiográfico.

Várias as obras de historiadores portugueses, que constituem uma referência no panorama da História de Portugal, foram também objeto de análise. Nestas obras de carácter geral o enfoque é colocado nas peregrinações a Fátima, cujo enquadramento se situa nas relações tensas entre os governos da 1ª República e a Igreja Católica, o percurso em torno da afirmação oficial do Santuário de Fátima e a aproximação que é feita entre o Estado Novo e a Igreja Católica: « « Na 1ª fase, que vai desde a revolução de 1926 até à assinatura da Concordata de 1940, as relações

entre Estado e a Igreja caracterizam-se por uma progressiva aproximação e por uma franca colaboração. »¹

Noutros estudos, surgidos na área das ciências sociais, no âmbito do quais as peregrinações se centram também em Fátima, situam-se maioritariamente na atualidade e são elaboradas numa perspetiva sociológica e antropológica. Neste campo encontramos pesquisas orientadas, nomeadamente, para a caracterização sociográfica dos peregrinos, as motivações que lhes subjazem, a gestão do percurso e a construção de escalas de crenças religiosas. Também é possível referenciar investigadores portugueses que se centraram nas romarias portuguesas. Ainda nestes estudos, na sua maioria artigos publicados em revistas destinadas a publicar estudos científicos, os investigadores continuam a considerar que as peregrinações são um assunto que tem merecido mais atenção jornalística do que investigação sociológica². No que diz respeito às peregrinações transnacionais permanece o deserto bibliográfico.

Encontramos ainda algumas entradas sobre turismo e viagens em alguns dicionários e enciclopédias históricas. Stephen Harp, no artigo «Travel and Tourism» produz uma reflexão que corrobora o que atrás foi mencionado – o turismo não tem sido considerado como um objeto de estudo suficientemente sério para atrair as atenções dos investigadores. O ponto de viragem, na opinião de Stephen Harp, situa-se em finais do século XX quando os historiadores começaram a cruzar as suas fontes com informações que eram dadas sobre diversos locais associados ao lazer comercial, onde figuras proeminentes da vida política se encontravam quando alguns acontecimentos relevantes ocorreram.³ Foi necessário estabelecer o alargamento do campo historiográfico aos tempos livres e de lazer para que a História Social passasse a inserir nas agendas de investigação temas ligados às viagens, às férias e aos locais de destino escolhidos pelos diferentes grupos socioeconómicos.

¹ Cf. ROSAS, 1992, p. 203

² Cf. FORTUNA e FERREIRA, 1992, p.2

³ Cf. HARP, 2001, p. 232

Harp, faz uma síntese da mobilidade geográfica dos europeus desde a Idade Média até ao século XX. Estas experiências de interconhecimento vão desde as peregrinações medievais a Santiago de Compostela, até ao advento do turismo de massas no século XX, passando pelas viagens culturais que se realizavam durante o período do Renascimento com o objetivo de contactar com o legado cultural da Antiguidade Clássica, e obrigatoriamente referencia o *Grand Tour*, dos séculos XVII, XVIII e XIX, a grande experiência de interconhecimento, devidamente programada, destinada aos jovens das elites sociais como complemento final da sua educação formal.

No século XIX as viagens tornaram-se mais fáceis pela abertura de novas vias e pela expansão da rede ferroviária, permitindo que um maior número de viajantes se deslocasse para locais que outrora eram frequentados pelas elites. A este fenómeno não foi alheio o aumento do tempo de lazer e o direito ao gozo das férias que, progressivamente, se estendeu a camadas sociais cujo único descanso se resumia ao dia santo.⁴

As viagens são um fenómeno recorrente na História da Europa Ocidental. Pelas mais diversas razões os europeus viajavam e viajam: por negócios, por diversão, pela procura de uma instituição escolar mais conceituada, pelo desejo de conquistas militares, guerras, cruzadas, por fruição cultural, por necessidade de emprego, por busca espiritual, por uma necessidade de evasão. O Mediterrâneo, a grande estrada líquida de Fernand Braudel, favoreceu estas viagens e com elas as experiências de interconhecimento europeu, algumas delas com carácter marcadamente traumático. As rotas terrestres, que foram abertas pelos romanos, ligaram a Europa do Sul, facilitando as deslocções de pessoas, de bens e de ideias. Fazer o levantamento destas viagens não é o objetivo central deste trabalho mas há que colocar em perspetiva o fenómeno da mobilidade geográfica como forma de interconhecimento europeu. Quando falamos nos fenómenos de aculturação no atual território português vem-nos imediatamente à memória as trocas culturais

⁴ Cf. KAEUBLE, 2003, p. 32

que aqui se fizeram a partir da passagem e/ou permanência de vários povos desde a Antiguidade. O legado civilizacional clássico, e posteriormente o islâmico, constitui uma excelente base de compreensão deste fenómeno do interconhecimento proporcionado pelas viagens.

As peregrinações religiosas configuram um caso particular das viagens. São um fenómeno de interconhecimento europeu não traumático, bem documentado se o objeto da nossa curiosidade científica for por exemplo as peregrinações a Santiago de Compostela, movimentos que desde a Idade Média até aos nossos dias se têm mantido. Outras religiões revelam também conter nas suas práticas coletivas experiências de peregrinação, umas de carácter obrigatório, como é o caso do Islão, outras de aprofundamento do autoconhecimento. A grande ligação entre turismo e religião é estabelecida através das peregrinações. Dependendo do grau de crença religiosa as pessoas estão dispostas a fazer viagens que cobrem desde distâncias mais curtas, caso das romarias em Portugal, até grandes distâncias para realizar um preceito previsto na sua religião, tal como uma deslocação a Jerusalém.⁵

O crescimento das classes médias no século XIX contribuiu para aumentar o número de viajantes que, progressivamente, viu no turismo, à medida que a legislação social e laboral consagrou o direito às férias, a possibilidade de frequentar espaços até então apenas reservados às elites. À tradicional ideia de viajar com intuítos formativos e culturais juntaram-se também, no século XIX, as deslocações com propósitos associados à procura de lazer e de tratamentos seja em termas, seja na praia ou mesmo na montanha. Abriu-se um novo segmento para o turismo europeu bem como novas possibilidades, para as populações locais, de emprego no sector dos serviços. Uma visão interessante sobre este fenómeno é tentar perceber como as distinções sociais permanecem em termos do alojamento, da classe em que se viaja, das relações entre os empregados das estâncias de férias e aqueles que usufruem desses espaços enquanto turistas.

⁵ Cf. JAFFARI, 2000, pp 497-498

O turismo religioso constituiu-se como um fenómeno ao qual tem vindo a ser dada uma importância crescente pelos números que movimenta. Calcula-se que atualmente existam na Europa Ocidental cerca de 6000 centros de peregrinação que geram aproximadamente 60 a 70 milhões de visitas anuais com carácter de peregrinação, e cerca de 100 milhões entre peregrinos, curiosos e turistas⁶. De entre estes centros destacam-se Roma, onde o apóstolo S. Pedro foi executado e em honra de quem foi erigida uma basílica, hoje o grande centro do catolicismo; Lourdes, em França, que se tornou um local de peregrinação a partir da 2ª metade do século XIX, após os relatos de uma jovem que afirmava ter visto uma senhora que se intitulava Imaculada Conceição; e Fátima, em Portugal, que se tornou conhecida devido às aparições da Virgem Maria a três crianças, em 1917. Este fenómeno que movimenta milhões de peregrinos é particularmente interessante dado que ao cristão não é imposta a obrigação de visitar um lugar sagrado, como acontece, por exemplo, na religião islâmica com a obrigatoriedade de os fiéis se deslocarem a Meca, pelo menos uma vez durante a vida, caso tenham condições para o fazer.

Para compreender o conceito contemporâneo de peregrinação partiu-se da afirmação expressa pelo erudito religioso, Iso Baumer, citado por Nolan⁷ «A estrutura básica de todas as peregrinações é a mesma, um indivíduo ou, mais frequentemente, um grupo, estabelece uma viagem a um determinado lugar, a fim de pedir a Deus e aos santos - naquele lugar especial - auxílio para uma variedade de preocupações. Estas preocupações que podem ser de carácter individual, são assumidas como objetivos comuns quando a peregrinação assume a feição de uma viagem coletiva». Pensamos ser este o contexto em que se inserem as peregrinações alentejanas a Lourdes. Elas são constituídas por indivíduos cujos laços de união são a diocese em primeiro lugar e o Alentejo em segundo. «There are also long-distance pilgrimages in which the devotees travel more as members of a

⁶ Cf. NOLAN e NOLAN, 1989

⁷ Idem, ibidem

corporate body than as individuals. The pilgrims may represent a particular community such as a diocese, a village, an urban neighborhood, or the congregation of a parish church»⁸

A obra *Christian Pilgrimage in Modern Western Europe*, que acabo de citar, apresenta um estudo comparativo sobre os diversos santuários e locais de peregrinação europeus. Os autores procederam a um tratamento exaustivo das peregrinações, dos lugares sagrados europeus, dos objetos de culto, das divindades que aí são veneradas, dos milagres e outros fenómenos que ocorreram nesses locais. Na introdução a este livro os autores justificam este estudo com o crescente interesse que o fenómeno do turismo religioso tem vindo a ganhar e com a afluência de peregrinos originários de diversas partes do mundo. O aspeto que faz deste livro uma referência para quem se dedica ao estudo das peregrinações é a opção pelo método comparativista. O estudo incide quer sobre santuários milenares, quer sobre outros que são fruto de cultos muito recentes, e abarca locais que atraem milhões de peregrinos não deixando de fora outros que são objeto de cultos meramente locais.

⁸ NOLAN e NOLAN ,1989, pp 36-39

CAPÍTULO 2

- PORTUGAL E A EUROPA NO PÓS 1ª GUERRA MUNDIAL – POLÍTICA E RELIGIÃO

2.1. O contexto nacional – da 1ª República ao golpe militar de 1926

Tanto quanto nos foi possível consultar, no Arquivo da Sé de Évora apenas existem dois manuscritos que reúnem as listas dos participantes nas peregrinações alentejanas a Lourdes. Se foram as únicas organizadas em conjunto pelas dioceses de Évora, Beja e Portalegre, é uma hipótese que teria que ser confirmada a partir do cruzamento de informações fornecidas por outras fontes.

Estas peregrinações, em que alicerçámos a investigação, realizaram-se em Setembro de 1926 e 1927. Numa primeira abordagem é tentador fazer coincidir estes movimentos de cariz religioso e católico com o golpe militar de Maio de 1926, de pendor conservador. A apresentação, em 14 de Junho de 1926, por parte de Gomes da Costa, e seus apoiantes (entre os quais se encontram diversos dirigentes do Integralismo Lusitano) ao chefe do governo executivo Mendes Cabeçadas, de um conjunto de linhas programáticas de entre as quais destacamos, dada a dimensão deste estudo, o restabelecimento da liberdade religiosa,⁹ parece indiciar uma maior liberdade de movimentação dos fiéis católicos em ordem a organizar uma peregrinação que envolveu cerca de quatro centenas de participantes, alguns dos quais exteriores às três dioceses alentejanas.

⁹ Cf. ROSAS, 1992,

Se este é o contexto próximo das duas peregrinações, não podemos deixar de registar que existem referências, entre este grupo de peregrinos, a elementos que no ano anterior já haviam participado numa peregrinação a Itália. Uma pesquisa mais atenta na imprensa local eborense poderá, no futuro, contribuir para a determinação do fluxo de peregrinações católicas alentejanas a santuários estrangeiros durante o período da 1ª República.

Centremo-nos no contexto político nacional que antecede as peregrinações agora em estudo. A 1ª República, implantada em Portugal em 5 de Outubro de 1910, chamou a si a grande questão da Separação da Igreja e do Estado. Ao longo desse ano foi abolindo as referências católicas da vida pública, «chegando-se a ter o cuidado de elaborar uma portaria especial para que nos atos realizados nos tribunais, repartições e cartórios dependentes do Ministério da Justiça não se fizesse menção da era “entendendo-se para todos os efeitos, que o ano indicado é sempre o da era vulgar”. Acabava assim oficialmente a “era de Cristo” »¹⁰ Compreender esta necessidade de laicização torna-se mais fácil se recorrermos à história comparativista. Em França e em Espanha, os países mais próximos de Portugal, em termos culturais e em termos geográficos, a procura de um Estado que não se identificasse com a religião católica vinha na senda de diversas lutas dos governos liberais do século XIX para suprimirem a influência do catolicismo. Recorde-se que a França em 1904 havia rompido relações com a Santa Sé. cf¹¹

A tradição multissecular do ensino da religião católica foi também abolida do ensino oficial e o registo civil tornou-se obrigatório, propiciando ao cidadão a possibilidade de deixar de associar os momentos importantes da sua vida como o nascimento, casamento e morte à Igreja Católica que durante séculos havia elaborado registos paroquiais e considerado o casamento como um sacramento. A República transformou-o num contrato civil.¹²

¹⁰ Cf. .RAMOS, 1994, p. 407

¹¹ Cf. ROSAS, 1992

¹² Idem

Em 1911 surgiu, a 20 de Abril, a Lei da Separação da Igreja e do Estado. A religião católica deixou de ser a religião oficial do Estado ficando remetida para um culto doméstico a quem o Estado permitia que realizasse cerimónias nas igrejas, que entretanto tinham sido convertidas em edifício públicos e integradas no património do Estado. As cerimónias religiosas em espaços públicos passaram a carecer de autorização prévia das administrações locais. No caso das procissões, tal autorização só podia ser concedida nas localidades onde «fossem um costume inveterado da generalidade dos cidadãos». Atentemos nesta cláusula que utiliza um termo muito subjetivo para quantificar o número de praticantes – a generalidade – e um outro pouco dignificante – costume inveterado – que como salienta Rui Ramos era um adjetivo «geralmente utilizado para qualificar alcoólicos»¹³. As relações entre a hierarquia da Igreja e a hierarquia do Estado tornaram-se progressivamente tensas. O Estado republicano visou o controlo da Igreja, a destruição da sua hierarquia e a privação dos meios de subsistência. Era necessário que a instituição deixasse de continuar a influenciar os recém-nascidos cidadãos republicanos. Mais do que uma lei da separação entre Igreja e Estado os republicanos procuraram controlar a Igreja.

Mas a década de 20 viria a afirmar-se como a época de ouro dos congressos católicos e da imprensa católica com 41 títulos publicados, sendo 6 diários e 15 semanários. A subida do número de irmãos das confrarias e o número de ordenações de padres que se mantém estável atestam a sobrevivência da religião católica.

As aparições de Fátima em 1917 e a ideia emergente do «milagre de Fátima», aceite por uns, silenciado por outros, reflete a cautela com que as elites católicas trataram do assunto. Num contexto político em que a Igreja Católica enquanto instituição precisava de sair reforçada era imperioso ter a certeza que não se tratava de um embuste que contribuísse para o seu descrédito. Assim se compreende que o primeiro jornal nacional a referir-se a Fátima terá sido *O Século*, a 23-VII-1917,

¹³ Cf. RAMOS, 2004, p. 408

enquanto que o primeiro jornal católico de âmbito nacional a fazê-lo parece ter sido *Liberdade*, já em 17-VIII-1917¹⁴. Esta atitude de reserva vai progressivamente, a partir de 1920, dando lugar a um conjunto de artigos no jornal *A Época*, denunciando as perseguições que as forças da GNR movem contra os peregrinos que se concentram em Fátima nos dias 13 de Maio e de Outubro. A defesa destes peregrinos indefesos passou a constituir uma obrigação da elite católica, leigos e eclesiásticos, que de forma sistemática intervinha nos jornais – «nada como Fátima ajudou a Igreja a encontrar o caminho certo»¹⁵

Reposicionemo-nos nas peregrinações organizadas pela hierarquia mais elevada das dioceses de Évora Beja e Portalegre. Estas peregrinações configuram um movimento planeado, organizado, gerido pela hierarquia. Fátima, por seu lado, afigurou-se até 1930, data em que o Bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, tornou público, que as aparições de Fátima eram dignas da fé pela Igreja Católica e anunciou a permissão do culto público a Nossa Senhora de Fátima, como um movimento de massas desorganizado, assumido pelo povo, sem o controlo da Igreja e com uma característica profundamente mística que poderia prejudicar a instituição. Tais características parecem explicar a reserva de alguns membros do clero face ao fenómeno das aparições de Fátima. O ponto de viragem nesta postura cautelosa parece situar-se em meados dos anos 20. A atestá-lo estão as reportagens das peregrinações a Fátima que ganharam espaço nos jornais católicos e a participação do Bispo de Leiria numa peregrinação em 1926, passando uma mensagem antecipada de qual viria ser a sua decisão sobre o fenómeno das aparições.

Nesse ano, em Évora, preparava-se a *Peregrinação Alentejana a Lourdes* enquanto os jornais se preocupam em publicitar a enorme afluência de peregrinos a Fátima, calculados entre 100 mil a 200 mil participantes por ocasião do 13 de Maio fenómeno que configura uma verdadeira peregrinação nacional, como noticia o

¹⁴ Cf. REIS, 2001, p. 253

¹⁵ RAMOS, 2009, p.610

jornal *Novidades* em parágrafos sucessivos: «muita gente de todas as terras de Portugal [...]»; «veio gente [...] de todos os recantos enfim da Terra de Santa Maria»; «milhares [...] tinham vindo de todos os pontos de Portugal [...]» O nacionalismo católico afirmava-se a partir de Fátima como um prenúncio da unidade nacional que contrastava com os anos de querelas que tantas divisões haviam provocado durante a 1ª República. Ao mesmo tempo a Igreja fez um apelo para que os peregrinos de Lourdes se dirigissem preferencialmente a Fátima que se assumia como um «sacrifício coletivo, nacional, através da expiação de culpas também coletivas»¹⁶. E nessa medida, como sacrifício bendito, até as dificuldades de acesso à Cova da Iria ou as inclemências do clima eram valorizadas, por oposição às peregrinações a Lourdes. “Em Lourdes [...] há já comodidades de mais [...] Em Fátima nada há que atraia e o caminho é um calvário!”¹⁷

Poderemos inferir que a peregrinação a Lourdes configurava, para além do cumprimento de uma missão piedosa, uma jornada turística com as comodidades desejadas pelos viajantes que empreendiam esta jornada?

¹⁶ *Novidades*, nº8949, 14 maio de 1925

¹⁷ Cf. REIS, 2001, 277-279

2.2 O contexto internacional - « A Crise Europeia»

Os anos 20 foram marcados por uma forte instabilidade social, económica e política. As perdas de vidas humanas durante a 1ª Guerra Mundial alteraram o equilíbrio demográfico, quer ao nível dos sexos quer ao nível etário. Milhares de refugiados da guerra emigraram para outros países. A inflação generalizou-se e assistiu-se à ascensão social de uns em detrimento do empobrecimento de outros, sobretudo os pertencentes às classes médias cujas poupanças não sobreviveram a uma elevada taxa de inflação. Os anos 20 assistiram também a um movimento de massas cada vez mais interventivo cuja expressão mais evidente pode ser percecionada no número de greves, no aumento do número de partidos ligados a franjas do campesinato, em grande parte agregados em torno do Partido Comunista após a realização do Congresso da III Internacional que teve lugar em Moscovo em 1920. Paralelamente a este movimento os antigos combatentes enfileiraram em partidos de ideologia mais conservadora e de carácter militarista e o advento do fascismo foi uma realidade em vários países da Europa onde emergiram organizações paramilitares, cujas fileiras foram engrossadas pelos desmobilizados de guerra, descontentes como o desfecho da 1ª Guerra e incapazes de se integrarem numa sociedade em mudança. A violência como forma de luta parece ter-se institucionalizado sobretudo na Europa mais a Leste : Rússia, Bulgária, Croácia mas também em Itália, consubstanciada num conjunto de atentados políticos

A posição da mulher na sociedade alterava-se pela possibilidade que lhe foi dada de entrar no mercado de trabalho e da tomada de consciência dos seus direitos. Em alguns países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha de Weimer, foi reconhecido o direito ao voto feminino.

A emergência desta democracia de massas fez-se durante um período em que a Europa procurava resolver os traumas da guerra que durante quatro anos assolou essencialmente o Velho Continente. Esta democracia continha os traços de um confronto gerado pela guerra e que opôs aqueles que sofreram as consequências face aos que desejaram o conflito, os soldados aos oficiais, os esfomeados aos que prosperaram com a economia de guerra.

Foi nesta mistura explosiva de desagregação social, de contestação à ordem vigente e de radicalismo político que se devem procurar as origens e as motivações da instabilidade que caracterizou os acontecimentos do pós-guerra.¹⁸ Mas foi também neste quadro que se procuraram construir soluções democráticas e pacifistas para a Europa, de que são exemplos a criação do movimento pan-europeísta e as propostas de Aristide Briand à Sociedade das Nações com vista à união dos europeus através de um «laço federal», e que alguns historiadores como Marc Bloch sugeriram uma gramática historiográfica que favorecesse o interconhecimento entre os europeus¹⁹

Foi neste complexo contexto internacional que as *peregrinações alentejanas* a Lourdes aconteceram e que as peregrinações a Fátima tenderam a institucionalizar-se. A ascensão de regimes de cariz conservador e autoritário facilitou a afirmação de movimentos religiosos que assumiram a sua missão de salvação nacional como um desígnio. Lourdes serviu de inspiração às cerimónias de Fátima. Aqui se desenvolveram um conjunto de práticas e rituais estabelecidos em Lourdes desde a 2ª metade do século XIX. «Convém apenas acrescentar que em vários destes casos as *Novidades* se referiam explicitamente a empréstimos de Lourdes »²⁰

¹⁸ Cf. PROCACCI, 2007, p. 77

¹⁹ Cf. BLOCH, (1928) .15-50

²⁰ Cf. REIS, 2001, p. 283

CAPÍTULO 3

AS PEREGRINAÇÕES ALENTEJANAS DE 1926 E 1927

3.1 -A organização

Pensar numa viagem de comboio que envolveu centenas de pessoas oriundas de diversas localidades do Alentejo e de outras regiões, que atravessou a Península Ibérica e os Pirenéus ao longo de dois dias, que exigiu a reserva de hotéis e de transportes em Lourdes, conduz-nos a uma questão central: quem organizou esta viagem?

A logística que teve que ser pensada e preparada encontra-se enunciada nos jornais da época. A primeira notícia que foi publicada em Janeiro de 1926²¹ dá conta de que o Arcebispo de Évora tinha decidido, na sequência do sucesso da peregrinação diocesana de Évora que, no ano anterior, tinha visitado os principais santuários da Europa, que se realizasse, no mês de Setembro, uma *peregrinação alentejana a Lourdes*. Assim, a iniciativa partiu, sem dúvida, do topo da hierarquia da arquidiocese alentejana, tendo sido claramente assumida pelo seu arcebispo.

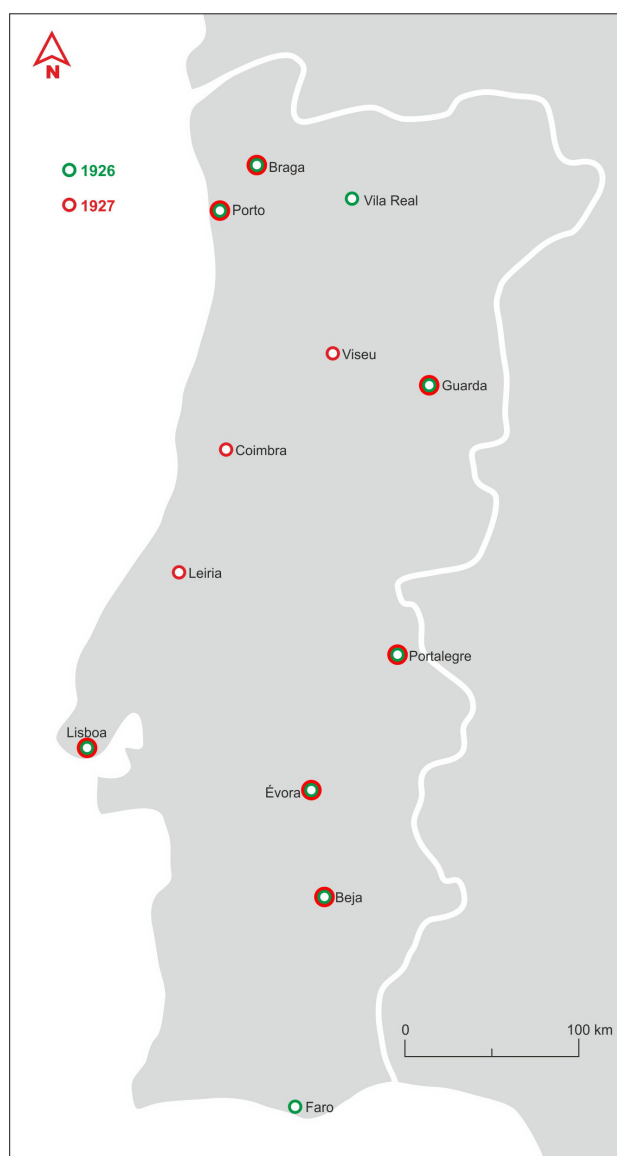
Esta experiência, longe de ser um ato isolado, foi um fenómeno que se inscreveu num movimento nacional, caracterizado por diversas peregrinações ao santuário de Lourdes.²² No primeiro mês do ano de 1926 foram anunciadas peregrinações diocesanas do Algarve, Beja, Guarda, do Porto, Vila Real, Braga e ainda uma Peregrinação nacional organizada em Lisboa. Uma outra peregrinação nacional

²¹Cf. *A Defesa*, Ano III, nº 148, 9 de Janeiro de 1926, p.1

²² Cf *Mapa nº 1 Peregrinações a Lourdes em 1926 e 1927*

deslocou-se, em Agosto, a Lourdes, Toulouse, Lyão, Ars, Paray-le-monial, Paris e Lisieux

Mapa nº 1 – Localidades de onde partiram peregrinações a Lourdes em 1926 e 1927
(Dados provisórios)



Fontes : 1926 : *A Defesa*, 30 de Janeiro de 1926, Ano III, nº 151, 30 de Janeiro de 1926, p.2
1927 : *Novidades*, 3 de Agosto , 6 de Agosto, 4 de Setembro, 8 de Setembro, Ano LXII

Em Setembro, para celebrar o centenário de S. Francisco, teve lugar uma peregrinação nacional que se dirigiu aos santuários franciscanos de Pádua e Assis e que, de caminho, visitou também Salamanca, Burgos, Lisieux, Paris, Lyon, Lourdes, Turim, Milão, Veneza e Roma.²³

O apelo que foi dirigido aos peregrinos alentejanos para que se inscrevessem também assentou, por uma lado, na ideia de que a Peregrinação Alentejana se inscrevia num amplo movimento nacional : « A Lourdes! A Lourdes ! Todas as dioceses de Portugal estão empreendendo, num entusiasmo de fé, as suas peregrinações ao santuário de Lourdes. De norte a sul os católicos portugueses, desejosos de viverem febrilmente as horas divinas e altas, solenes e apoteóticas de Notre Dame de Massabielle, se congregam em multidão(...)»

Quereis vós católicos alentejanos, ser indiferentes ao entusiasmo vibrante desses milhares de peregrinos que jubilosamente - e alguns ao preço de grandes sacrifícios – vão à gruta de Lourdes? »²⁴. Por outro lado , foi destacado também o carácter internacional das peregrinações a Lourdes : « As multidões em Lourdes aumentam todos os dias e sucedem-se sem interrupção. Os serviços da gare assinalam-nos nestes últimos dias a chegada de vinte e oito comboios especiais de peregrinos , vindos de Angers, de Koder, de Cahors e da Itália. Hoje chega a peregrinação primaveril de Tournai, amanhã chegará uma Peregrinação nacional inglesa e no dia 28 a grande Peregrinação de ferro-viaries, empregados de correio, telégrafos e metalurgicos católicos de França»²⁵

O arranque desta iniciativa teve lugar, em Janeiro de 1926, com a publicitação no jornal católico eborense, *A Defesa*. A data escolhida para a peregrinação foi justificada logo neste primeiro artigo, quando se afirmou a intenção de proporcionar aos participantes a experiência da celebração do Dia da Natividade, um dos eventos a que ocorria um grande número de peregrinos oriundos de vários países europeus. Esta justificação foi secundada por uma outra, a

²³ Cf. *A Defesa*, Ano III, nº 151, 30 de Janeiro de 1926, p.2

²⁴ Cf. *A Defesa*, Ano V, 13 de Agosto de 1927, p.1

²⁵ Cf. *A Defesa*, Ano V, 13 de Agosto de 1927, p.1

adequação ao calendário agrícola regional ²⁶considerando-se que no mês de Setembro os *lavradores* estavam mais libertos das suas obrigações e que já tinham práticas de vilegiatura em diversos pontos turísticos portugueses e europeus²⁷

Determinado o local e a data havia que começar a proceder às inscrições, contratar as carruagens necessárias, determinar os pontos de entrada dos peregrinos oriundos de diversas localidades, de contratualizar os serviços dos hotéis e dos transportes necessários em Lourdes. Para diligenciar os preparativos foi dada a conhecer a comissão organizadora da peregrinação que foi presidida pelo Monsenhor Dr. Silveira Barradas, Vice-Reitor do Seminário e da qual fizeram parte o Cónego Virgílio Pita Domingues, o Dr. Antonio Maria de Sousa Monteiro e o Comendador Antonio Coelho de Villas Boas²⁸. Pela composição desta comissão concluímos, mais uma vez, que foi a hierarquia da Igreja que superintendeu na preparação da viagem e que, ao longo dos meses que faltavam para a partida, foi apelando para que as pessoas se inscrevessem.

A comissão organizadora da viagem foi publicando diversos artigos que aumentaram de frequência à medida que era necessário motivar os alentejanos para se inscreverem ou que surgiam mais informações relacionadas com a formação do comboio especial, a estação onde os peregrinos deveriam entroncar na peregrinação alentejana, a duração da viagem e da permanência em Lourdes, o preço e a forma de pagamento, da qual não foi excluído o pagamento em prestações para os viajantes em terceira classe. A título exemplificativo, e enquanto os preços definitivos não tinham sido fixados, os jornais publicaram o preço de outras peregrinações a Lourdes, com origem no Porto, Vila Real ou Lisboa mas com o aviso de que se tratava de uma indicação para que os interessados pudessem fazer os cálculos e que assim que os preços definitivos fossem publicados pudessem inscrever-se²⁹.

²⁶ Cf. *Notícias d' Evora*, Ano XXVII, nº 7952, 3 de Julho de 1927

²⁷ Cf. BERNARDO (2009) e FONSECA (2002) p. 199-200

²⁸ Cf. *A Defesa*, Ano III, nº 151, 30 de Janeiro de 1926, p.2

²⁹ Cf. *A Defesa*, Ano III, nº156, 6 de Março de 1926

De entre os artigos que a comissão fez publicar houve um inteiramente dedicado a prestar conselhos aos peregrinos³⁰ no que dizia respeito às bagagens que se deviam resumir ao mínimo indispensável, tendo sido aconselhado que fosse levada apenas uma mala. O vestuário também mereceu algumas considerações, nomeadamente o feminino que deveria estar de acordo com o cariz da viagem . Foi recomendado que as senhoras usassem vestidos sem decotes, com mangas compridas e com comprimento adequado à função, isto é nada de saias curtas. Tanto as senhoras como os homens foram aconselhados a levar roupa preta ou de *cor decente*.³¹

Os farnéis não foram esquecidos tendo sido desaconselhado o transporte de carnes cozidas e ovos porque se estragavam com facilidade. Ao invés desses produtos os peregrinos deveriam levar fruta e queijo. Aos doentes a recomendação foi no sentido de levarem uma garrafa térmica com leite quente que seria reabastecida nas estações ao longo do caminho. Este artigo apelava ainda para que se evitasse levar farnéis muito grandes porque todos os anos eram arremessadas à linha os restos. A comissão sugeriu que, ao invés de serem deitados fora, os restos pudessem ser guardados e oferecidos aos pobres³².

Neste artigo, inscrito numa página inteiramente dedicada à peregrinação, os peregrinos são instados a comprar uma vela em Lourdes e a comissão aconselhou os locais mais baratos para esta aquisição, desaconselhando que a aquisição fosse feita perto da Gruta onde os preços eram mais elevados, o que pressupõe uma experiência adquirida em visitas anteriores.

O artigo terminou com mais algumas informações sobre os atos religiosos, tais como comunhões, missas e confissões; sobre a disponibilidade de tempo para os peregrinos poderem, em França, realizar algumas excursões. Foram ainda indicados os artigos que poderiam ser comprados sem que à entrada em Portugal houvesse que pagar impostos. Tratava-se, maioritariamente, de artigos religiosos

³⁰ Cf A Defesa «Conselhos e Instruções aos peregrinos», ano V, nº 232, 20 de Agosto de 1927

³¹ Idem, ibidem

³² Idem, ibidem

como medalhas, terços ou pequenas estatuetas. As peças de vestuário que já tivessem sido usadas também passariam facilmente na alfândega. Por fim a comissão aconselhou os peregrinos a não esconderem artigos das autoridades alfandegárias porque eram peregrinos, não eram candongueiros, nem queriam essa fama.³³

Na publicitação da peregrinação os organizadores não deixaram de dar o devido destaque ao programa de visitas complementares às obrigações de carácter religioso, tendo salientado que os peregrinos disporiam de horas suficientes para estas visitas, tal como em Lourdes disporiam de dias livres para atividades de natureza turística : « Quem é que deixará de ir a Lourdes, podendo visitar á ida ou á volta as cidades de Hespanha Salamanca, Valladolid, San Sebastian e Burgos, com a sua rica Catedral, e em França Bayona, Pau, Lourdes, Tarbes, Cauterets, Biarrits etc»³⁴. Os locais que eram passíveis de ser visitados situavam-se na rota da linha de caminho de ferro, como Salamanca, Burgos, San Sebastian e Baiona. Foi dado um especial ênfase à praia de Biarritz, considerada pelos articulistas como uma das mais belas e luxuosas do mundo, e aos Pirinéus, talvez por serem duas paisagens pouco familiares à maioria dos alentejanos ³⁵: « Vamos a caminho de Lourdes aos pés da Virgem, gozar o belo panorama dos Peryneus».

Em 1926 a comissão organizadora teve a tarefa mais facilitada porque a 5 de Junho já estava inscrito um número suficiente para que se pudesse formar um comboio especial. Em 1927 as inscrições tardaram e são vários os artigos que dão conta do desespero que tomou conta dos organizadores. Em alguns desses textos podemos ler imprecações contra o velho hábito dos portugueses de deixarem tudo para a última hora : « Nos os Portuguezes, ou guardamos tudo para a ultima hora ou estamos sempre á espera de ver o que os outros fazem. Estes costumes, nada dignos de louvor, prejudicam sempre qualquer organização a fazer. Como não se podem reformar os nossos costumes senão passado muito tempo somos obrigados

³³ Cf. *A Defesa*, «Conselhos e Instruções aos peregrinos», ano V, nº 232, 20 de Agosto de 1927

³⁴ Cf. *Notícias d' Evora*, 3 de Julho de 1927, Ano XVII, p. 2

³⁵ Cf. *Notícias d' Evora*, 3 de Julho de 1927, Ano XVII, p. 2

a transigir com muitos deles. Por isso é que prolongamos as inscrições até ao dia 15 do mez corrente».³⁶ O certo é que em finais de Agosto, a escassos dias da partida agendada para dia 1 de Setembro, as inscrições permaneciam abertas à espera de novos peregrinos.³⁷

Em 1927 a comissão organizadora teve uma tarefa suplementar na medida em que participaram cinco doentes. Para estes foi necessário encontrar quem os transportasse em Lourdes e quem lhes prestasse assistência durante a viagem e a estada em Lourdes. Estes doentes viajaram num compartimento identificado com a cruz flordelizada de Aviz, tal como os uniformes das enfermeiras que os acompanharam.³⁸

Uma tarefa que também foi acometida à comissão organizadora foi a marcação das carruagens do comboio especial. A identificação foi feita através da aposição do nome de um santo, maioritariamente relacionados com o Alentejo: «Sagrado Coração de Jesus, ao qual estão consagradas as três dioceses alentejanas; Nossa Senhora da Conceição, que tem o seu Santuario em Vila Viçosa; São José Padroeiro da Igreja Universal; São João de Deus, o grande santo alentejano; Rainha Santa Isabel que morreu em Extremoz; S. Sizenando o santo martyr de Beja e o Beato Nuno de Santa Maria, da diocese de Portalegre e fronteiro-mor do Alentejo»³⁹, para que cada peregrino encontrasse mais facilmente a sua carruagem, o compartimento e o lugar, elementos que constavam de um cartão de identidade que foi distribuído a cada viajante. Para além destes elementos constavam ainda do cartão o nome do hotel em Lourdes. Cada peregrino recebeu ainda um distintivo com as armas de Portugal sobre a cruz verde da Ordem d'Aviz e um manual que apenas foram distribuídos em Lourdes. Quanto aos bilhetes do comboio ficaram na posse da Comissão.

³⁶ Cf. *A Defesa*, Ano V, nº 224, 28 de Maio de 1927 :

³⁷ Cf *A Defesa*, Ano V, nº 233, 27 de Agosto de 1927

³⁸ Cf. *A Defesa*, ano V, nº 234, 3 de Setembro de 1927

³⁹ Idem, ibidem

Outra matéria a solucionar, que naturalmente interessava aos viajantes, era a aquisição de moedas estrangeiras. Os peregrinos foram informados de que caso desejassem francos, independentemente da quantidade, que deveriam contactar o *Monsenhor Silveira Barradas, pessoa que, com facilidade, arranjará esta moeda.*

A comissão organizadora encarregou-se, ainda, das formalidades inerentes ao controlo alfandegário : «Foram pedidas ao Ministério do Interior facilidades para a passagem na Fronteira da peregrinação que no dia 5 de Setembro sai de Evora com destino a Lourdes» ⁴⁰. Esta informação ajuda-nos a compreender porque razão não encontrámos registo de pedidos de passaportes para estas duas viagens o que, conjugado com os carimbos das autoridades alfandegárias que atestaram a passagem destes peregrinos e que foram apostos nos manuscritos da Sé, onde constam as listagens que a comissão organizou com o nome, origem geográfica e fotografia dos peregrinos, nos conduzem à formulação da hipótese de estes manuscritos terem desempenhado a função de passaporte coletivo.

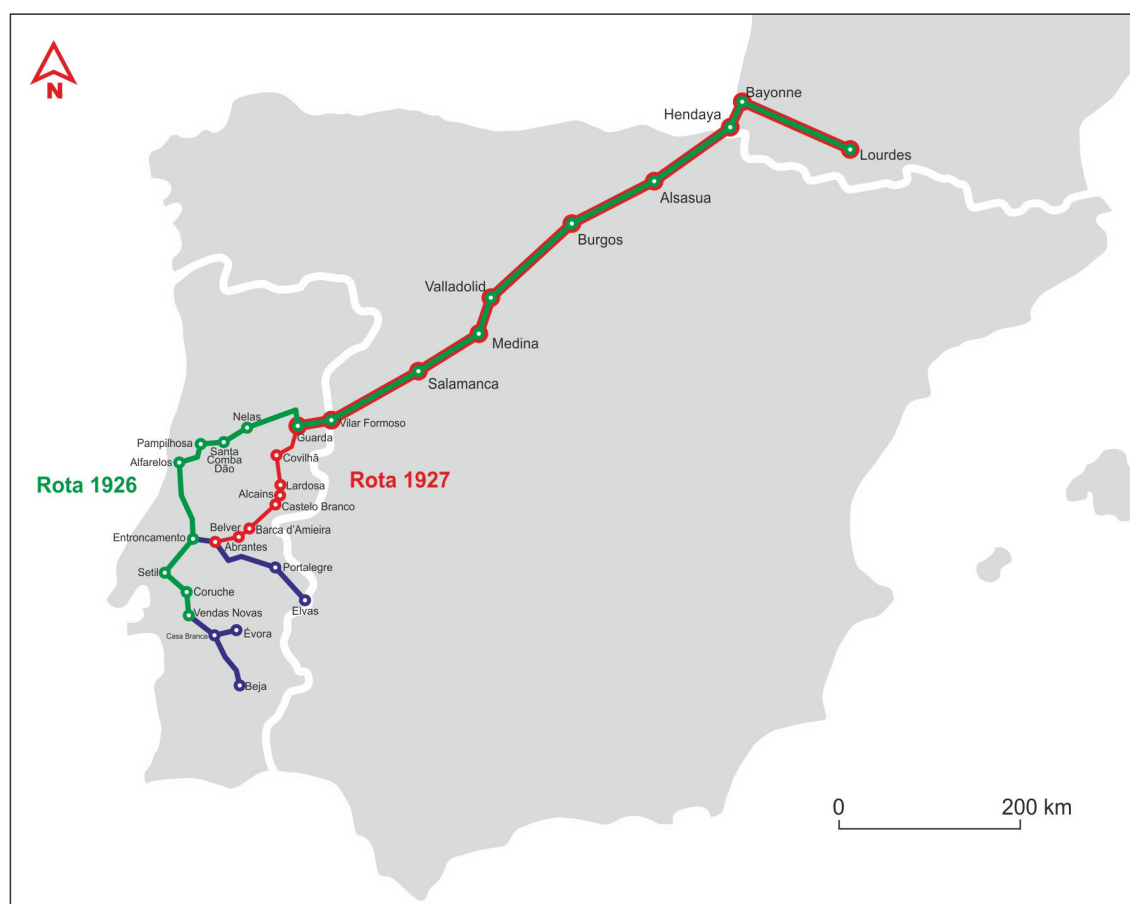
⁴⁰ Cf. *Noticias d' Evora*, Ano XXVI, nº 7685, 12 de Agosto de 1926

3.2 - A Viagem até Lourdes

As informações sobre a viagem foram obtidas através da leitura da imprensa local e nacional, com especial enfoque na imprensa católica que deu um destaque relevante a esta peregrinação.

A viagem foi feita em comboio especial reservado especificamente para transportar os peregrinos alentejanos. Em 1926 este comboio formou-se em Vendas Novas enquanto em 1927 a peregrinação partiu de Abrantes.

Mapa nº 2 Rota das viagens de 1926 e 1927



Fontes : Jornal A Defesa, 21 de Agosto de 1926 e 3 de Setembro de 1927

Outra diferença substancial que distingue as duas viagens é que em 1927 viajaram cinco doentes em busca de um milagre. A decisão de integrar doentes foi tomada no final da viagem de 1926, tendo-se constituído a Associação de S. João de Deus para a assistência e transporte de doentes aos Santuários da Virgem». Para que este empreendimento fosse exequível cada peregrino de 1926 deu um contributo financeiro para que os doentes pobres pudessem viajar e beneficiar de hospitalização gratuita em Lourdes.

A comissão organizadora da viagem revelou preocupação com o conforto dos peregrinos na medida em que foi solicitado à Companhia dos Caminhos de Ferro que organizasse o comboio especial com carruagens de corredor lateral e W.C. Compreende-se esta preocupação dado que a viagem durava dois dias e duas noites, sem que estivessem previstas paragens para pernoitar em hotéis. As saídas, de Vendas Novas em 1926 e de Abrantes em 1927, foram programadas para a parte da tarde, de modo a que uma grande parte da travessia por terras espanholas se fizesse durante a noite. Os peregrinos viajaram em três classes, 1ª, 2ª e 3ª, correspondentes à categoria da carruagem e do hotel onde ficaram hospedados em Lourdes.

O dia da partida era marcado por despedidas públicas nas estações de onde partiram os peregrinos às quais a imprensa local dá eco: « No comboio da manhã de hontem , retiraram desta cidade, cerca de 80 peregrinos eborenses com destino a Lourdes (...) os eborenses tiveram na gare do caminho de ferro desta cidade, uma carinhosa manifestação de despedida.»⁴¹ ou ainda como se pode depreender por esta passagem : « na gare do caminho de ferro compareceram bastantes amigos e pessoas de família dos peregrinos, que lhe fizeram uma afectuosa despedida»⁴²

A viagem de 1926 foi muito semelhante à que se realizou em 1927⁴³. As diferenças situam-se sobretudo ao nível dos locais onde se formaram os comboios especiais, em 1926 teve lugar em Vendas Novas e em 1927 em Abrantes. Outra

⁴¹ Cf. Notícias d'Evora, Ano XXVI, nº 7705 de Setembro de 1926

⁴² Cf. Notícias d'Evora, Ano XXVII, nº 8004, 2 de Setembro de 1927

⁴³ Cf. Mapa nº 2

característica distintiva prende-se com o facto de em 1927 a *Peregrinação Alentejana* contar com 5 doentes. Optou-se, assim, por tratar o percurso da viagem das duas peregrinações em conjunto surgindo apenas o destaque para alguns pormenores que os articulistas descreveram.

Em 1926 os peregrinos eborenses partiram no dia 6 de Setembro, no comboio correio da manhã, em direção a Vendas Novas. Pelo caminho, na estação de Casa Branca juntaram-se-lhes, os peregrinos da diocese de Beja e juntos viajaram até Vendas Novas onde decorreu a primeira cerimónia religiosa.

Em Vendas Novas, após as cerimónias religiosas que estavam previstas, alguns peregrinos almoçaram no restaurante da estação enquanto outros comeram dos seus farnéis. Às 14 horas começava oficialmente a viagem da primeira *Peregrinação Alentejana a Lourdes*. A primeira paragem foi em Coruche, onde entraram mais alguns viajantes. No Setil, onde o comboio esteve parado durante cerca de meia hora, entrou outro grupo referenciado como sendo oriundo de Lisboa e no Entroncamento entraram os peregrinos do norte alentejano que constituíam cerca de metade da peregrinação. Esta paragem foi de curta duração porque os peregrinos que aguardavam o comboio estavam distribuídos por grupos que correspondiam ao compartimento que deviam ocupar. O embarque fez-se , e, por conseguinte ,«com rapidez e na melhor ordem».⁴⁴ Ao longo do caminho até à fronteira de Vilar Formoso outros viajantes engrossaram a coluna da peregrinação alentejana: foi o que aconteceu na estação da Pampilhosa onde entraram alguns Peregrinos provenientes do Luso, no Gerês ou da Figueira da Foz.

Até à fronteira o comboio ainda efetuou algumas paragens mas desconhecemos em que estações terão ocorrido .

A entrada em terras espanholas fez-se na fronteira de Vilar Formoso/Fuentes de Onoro, à uma hora da madrugada, onde o comboio permaneceu durante uma hora. Durante esta paragem quase todos os Peregrinos desembarcaram e aproveitaram para passear um pouco. A viagem prosseguiu com as carruagens

⁴⁴ Cf. A Defesa, 25 de Setembro de 1926

portuguesas puxadas por máquinas espanholas. O trajeto até Medina foi considerado monótono e vagaroso « De Fuentes ate Medina foi o trajecto mais monótono e mais vagaroso da viagem. Tinha-se as vezes a sensação de que as machinas hespanholas quasi não tinham força para arrancar as carruagens portuguesas»⁴⁵ Não temos conhecimento de que o comboio especial tenha parado no seu trajeto até Valadollid. Neste percurso a viagem foi animada apenas pelo cruzamento com um comboio de peregrinos que faziam o caminho de regresso e que bateram palmas à passagem do comboio especial que levava os peregrinos alentejano. Em Valadollid o comboio parou o que permitiu que os viajantes se refrescassem: « o assalto dado nesta estação por muitas senhoras e cavalheiros á bica de agua da gare. E que bem sabia aquela lavagem de rosto, que bem refrescava aquela abundância de água depois de uma noute cálida mal dormida em meio da poeirada ténue do carvão»⁴⁶

O trajeto entre Valladolid e Burgos fez-se as horas de almoço mas os peregrinos preferiram manter-se em jejum para poderem comungar na cerimónia religiosa de se realizou em Burgos. Ficaram por comer os paíes, os presuntos e as galinhas coradas. O comboio chegou a Burgos por volta das 15 horas e aí se demorou até às 21. Tanto em 1926, como em 1927, os peregrinos aproveitaram este tempo para conhecer a cidade⁴⁷ através das visitas à Catedral, ao Mosteiro das Huelgas, à Cartuxa de Miraflores e para passear junto das margens do rio Alamarzon. Dado que em 1927 a peregrinação alentejana transportava doentes, alguns peregrinos alugaram automóveis para que os doentes e suas mães pudessem conhecer a cidade. O passeio turístico terminou por volta das 20,30 porque havia que cumprir com obrigações religiosas na igreja dos *Padres Jesuitas*. Após esta cerimónia os peregrinos aproveitaram para jantar nos restaurantes e hotéis da cidade.⁴⁸

⁴⁵ Cf. *A Defesa*, 25 de Setembro de 1926

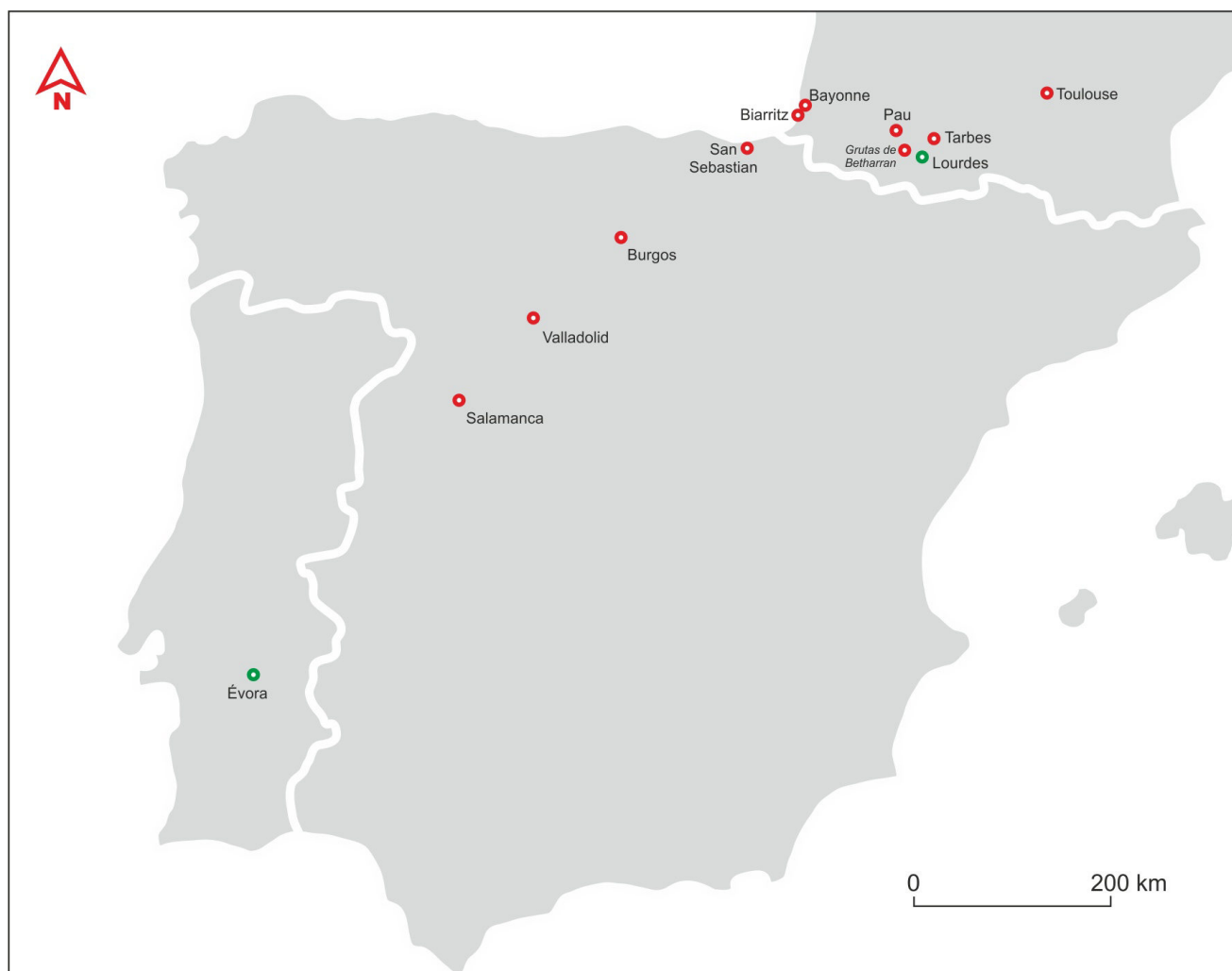
⁴⁶ Cf. *Novidades*, Ano LXII, nº 9778, de 14 de Setembro de 1927

⁴⁷ Cf. Mapa nº 3 - Cidades visitadas

⁴⁸ Cf. *Novidades*, Ano LXII, nº 9779, de 15 de Setembro de 1927

Após a visita a Burgos os peregrinos enfrentaram a segunda noite de viagem por isso uma grande parte adormeceu durante este trajeto até à fronteira de Hendaya que foi atravessada durante a madrugada. Na fronteira não houve lugar a revista de bagagens nem os peregrinos necessitaram de se apresentar na repartição da polícia francesa de emigração. Em Hendaya os peregrinos mudaram para o comboio especial francês, tendo o comboio especial português regressado a Irun, onde aguardou pelo regresso da *Peregrinação Alentejana*.

Mapa nº3 - Cidades visitadas em 1926 e 1927



Fonte : Jornal A Defesa, 2 de Outubro de 1926 e 25 de Setembro de 1927

Em Bayonna ocorreu a primeira paragem em solo francês. Os peregrinos dirigiram-se à Catedral onde foi celebrada missa e, em seguida, apanharam o elétrico para visitar Biarritz.

No final desta visita os peregrinos regressaram ao comboio para realizarem a última etapa do percurso que os conduziria até Lourdes. Em 1926 a viagem decorreu sem sobressaltos mas em 1927 uma tempestade abateu-se sobre os Pirinéus. As condições atmosféricas desfavoráveis não permitiram aos peregrinos desfrutar da paisagem de montanha típica. Imaginamos que para um número significativo de alentejanos seria a esperada oportunidade de ver montanhas cobertas de neve : « a tarde estava porém pardacenta e bulções de nuvens negras lá para os lados do oriente e sudeste anunciavam grossa borrasca. Em meio duma atmosfera tão escurentada nem a magnifica paisagem dos Pyreneus luzia. A negridão das nuvens não deixava contemplar as suas vistas perpetuamente nevadas». ⁴⁹

A viagem prosseguiu no meio de um temporal, descrito com grande minucia. O receio que o temporal provocou nos peregrinos fez com que esta ultima etapa da viagem fosse feita no meio de orações : «parecia que todas as cataratas do céu se haviam aberto para despejar sobre aquele rincão da França torrentes de agua diluviana. A chuva era acompanhada pelo lucitar de demorados relâmpagos e pelo ribombar medonho dos trovões. Quando o comboio estava parado na estação de Pau, ouviu-se um tão grande que amedrontou muitos dos Peregrinos, sobretudo senhoras das mais nervosas e com mais susto das trovoadas (...) pelas carruagens ouvia-se cantar o Bemdicto alternado com o canto do Avé . Os mais corajosos animavam os mais tímidos e todos suportavam de cara alegre mais este sacrifício»⁵⁰

Chegados a Lourdes os peregrinos foram recebidos na gare. Em 1926 aguardava-os um comité de receção composto pelo Arcebispo de Évora que se fez acompanhar pelas famílias Potes, Amilcar Fernandes e Cordovil, que tinham viajado

⁴⁹ Cf. *Novidades*, Ano LXII, nº 9781, de 17 de Setembro de 1927

⁵⁰ Cf. *Idem*, *ibidem*

mais antecipadamente para Lourdes. Em 1927 os viajantes alentejanos foram surpreendidos com uma calorosa receção que lhes foi feita pelos peregrinos da Guarda: «dahi a pouco o comboio entrava pela gare de Lourdes a dentro, em meio de entusiásticos vivas e duma clamorosa nutrida salva de palmas. Eram os peregrinos da Guarda que, com o seu Bispo auxiliar á frente, nos tinham vindo esperar, deferência para muito agradecer, visto a inclemência do temporal e o facto de serem obrigados a estar na estação mais de uma hora á nossa espera, Trocados os primeiros cumprimentos e efusões e, correspondendo aos vivas que os acompanhavam pela estação fora, la se dirigiram os peregrinos alentejanos, a custo por entre a massa compacta dos Peregrinos da Guarda, em demanda dos carros para os conduzirem aos respectivos hotéis»⁵¹

No regresso os peregrinos viajaram no comboio francês até à fronteira de Irun onde os guardas prescindiram de revistar as bagagens. Aí passaram para o comboio especial português e dirigiram-se a San Sebastian onde puderam visitar a cidade e a praia , «uma das mais lindas do mundo»⁵² .

A viagem prosseguiu durante a noite até Salamanca onde o comboio parou durante seis horas. Após a missa e bênção do Santíssimo Sacramento na Igreja das Dominicanas Portuguesas, os peregrinos visitaram a cidade após o que empreenderam a viagem de regresso a Portugal.

Na fronteira de Vilar Formoso as bagagens foram revistadas pelos guardas alfandegários portugueses e os peregrinos tiveram que pagar direitos pelas lembranças que tinham comprado em França. O resto da viagem passou-se ao sabor das paragens necessárias para largar os peregrinos nas gares de onde , dias antes, haviam partido para a *Peregrinação Alentejana a Lourdes*.

«Todos regressaram bem a suas casas, muito entusiasmados muito saudosos da viagem , muito desejosos de voltar a Lourdes e muito animados em

⁵¹ Cf. Idem, ibidem

⁵² Cf. *A Defesa*, Ano IV, nº 186, 2 de Outubro de 1926, p.2

fazerem experimentar aos parentes e amigos a mesma felicidade que eles experimentaram».⁵³

⁵³ Cf. Idem, ibidem

3.3 - A estada em Lourdes

A motivação que conduziu a hierarquia eclesiástica a organizar esta viagem a Lourdes foi a participação nas cerimónias religiosas relacionadas com o culto à Virgem Maria que reunia naquela localidade dos Pirenéus milhares de peregrinos. A maioria das atividades em que os peregrinos tomaram parte relacionavam-se, naturalmente, com o culto mariano e, em concreto, com a Virgem de Lourdes e, pela leitura da imprensa, as cerimónias foram idênticas em ambas as peregrinações pelo que repetimos a metodologia seguida em capítulos anteriores : a descrição da estada é feita utilizando quer a imprensa de 1926 quer a de 1927.

Chegados a Lourdes, após dois dias e duas noites de viagem, os peregrinos eram conduzidos aos hotéis, cuja classe dependia do preço que haviam pago pelo bilhete. Nas duas peregrinações que estudámos o culto começava no dia da chegada, ou melhor dizendo, na noite da chegada independentemente do cansaço provocado pela viagem, com a participação na Procissão das Velas: « Imaginem os leitores que hontem á noite, mau grado duas noites passadas no comboio, mau grado as fadigas da viagem, mau grado a chuva que teimou em cahir ate altas horas, a maior parte dos peregrinos ainda foi a gruta saudar a Virgem Santíssima de Massabielle e rezar-lhe o seu terço de cumprimento de chegada»⁵⁴

Na manhã do dia seguinte os peregrinos faziam a entrada oficial na gruta. Esta entrada, uma espécie de apresentação que cada peregrinação fazia perante a Virgem e perante os restantes peregrinos, obedecia a regras que conferiam ao acto um cunho formal. Os peregrinos formavam um cortejo que seguia pela alameda, que conduzia à gruta, entoando cânticos religiosos. Deveria ser um cortejo imponente composto por quatro centenas de alentejanos, organizados em duas

⁵⁴ Cf. *Novidades*, 17 de Setembro de 1927

alas e que entoavam cânticos na sua língua nacional. Como é usual neste tipo de manifestações públicas o desfile obedeceu a uma encenação: à frente ia o estandarte da peregrinação: «a bandeira alentejana – a bandeira do Mestre d'Aviz em Aljubarrota». ⁵⁵Atrás da bandeira seguiam as senhoras em alas, depois os homens, os sacerdotes e a fechar o cortejo seguia o Arcebispo de Évora e o Bispo de Beja.

No interior da Gruta a disposição dos fiéis estava claramente definida: os homens posicionaram-se à direita, as senhoras à esquerda, os sacerdotes ao centro. O púlpito foi ocupado ou pelo Arcebispo de Évora ou por um dos Bispos que acompanhavam os peregrinos.⁵⁶

Durante a permanência em Lourdes os peregrinos alentejanos participaram em diversas cerimónias religiosas. De manhã assistiam à missa na Gruta, celebrada por um dos prelados. A seguir ao almoço rezavam o terço na Basílica de Cima ou no altar da Alameda próximo da Gruta, seguido de pregação do Arcebispo de Évora ou de um dos Bispos. À tarde participavam na missa cantada que tinha lugar na Basílica de Cima e durante a qual eram entoados cânticos dirigidos pelo Cónego Malato. No final saíam do templo a cantar enquanto davam lugar a outra peregrinação⁵⁷.

Os participantes na Peregrinação fizeram ainda a Via Sacra do Calvário na qual pregou, em cada estação, o Bispo de Beja.

Todas as tardes os Peregrinos tomavam parte na Procissão do Santíssimo Sacramento para a bênção dos doentes. Num dos dias a Procissão, na qual participavam todos os peregrinos que se encontravam em Lourdes, era presidida pelos Alentejanos : «Num desses dia a procissão foi presidida pelos alemtejanos indo ao palio e nas lanternas cavalheiros distintos de Evora, Portalegre e Beja, levando o Senhor Arcebispo de Evora o Santissimo Sacramento. Quasi todas as tardes as invocações ao Santissimo eram feitas tambem em portuguez. (...) Esta cerimonia da Procissão era sempre muito impressionante e tardes houve em que ela

⁵⁵ Cf. *A Defesa*, ano IV, nº 184, 18 de Setembro de 1926

⁵⁶ Cf. *Novidades*, ano LXII, nº 9785, 21 de Setembro de 1927

⁵⁷ Cf. *A Defesa*, Ano IV, nº 186, 2 de Outubro de 1926

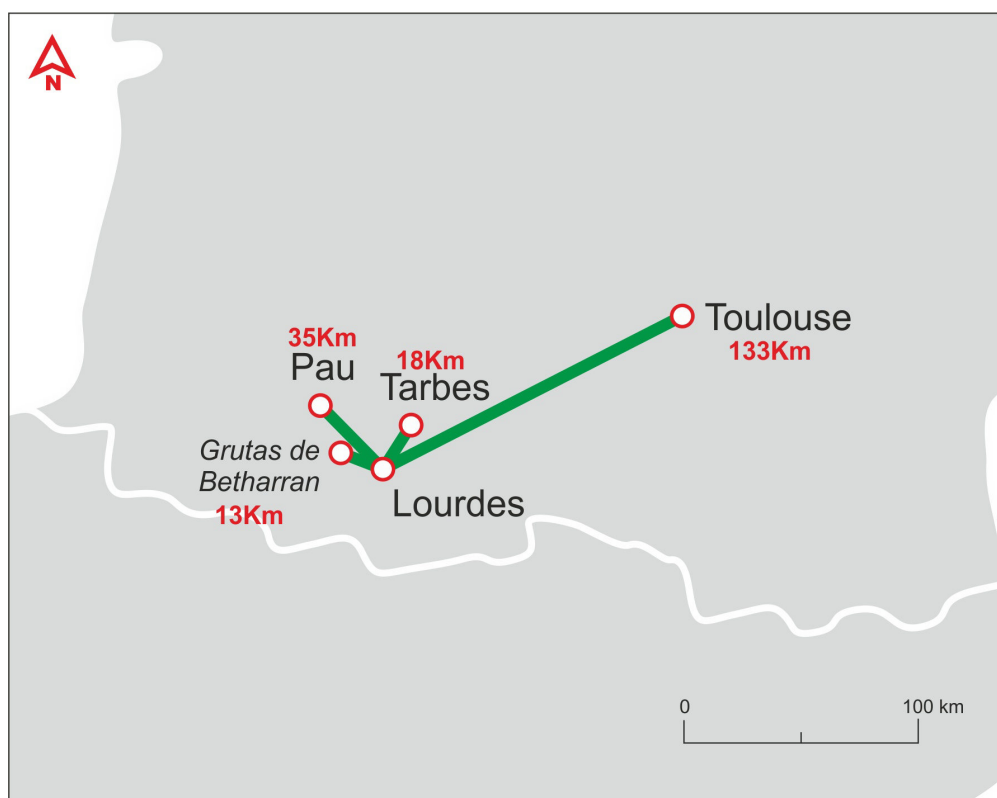
atingiu uma imponentia desconhecida mesmo em Lourdes»⁵⁸.

À noite, depois do jantar, participavam na procissão das velas, um evento que reunia milhares de pessoas que se iam estendendo pelas alamedas da esplanada do Rosário.

Em 1927 a peregrinação alentejana foi bafejada com um milagre da Virgem de Lourdes que curou uma menina, natural de Castelo de Vide, que sofria de surdez.

Para além das obrigações religiosas, com as quais os peregrinos se haviam comprometido antes da partida, ainda houve tempo para visitas a diversos locais, nem sempre muito próximos de Lourdes, como foi o caso da cidade de Toulouse, que dista 130 km de Lourdes.

Mapa nº 4 - Cidades visitadas durante a estada em Lourdes



Fonte : Jornal A Defesa, 2 de Outubro de 1926

⁵⁸ Cf. A Defesa, Ano IV, nº 186, 2 de Outubro de 1926

Para além desta cidade alguns peregrinos visitaram ainda Pau, Tarbes, Grutas de Betharran e ao Pico do Jer, situado nas imediações do Santuário de Lourdes, cuja viagem era feita em funicular, o primeiro de grandes dimensões que foi construído em França, em 1900⁵⁹. Ainda hoje este passeio figura nos programas turísticos das peregrinações a Lourdes.

Podemos concluir que os dias de permanência em Lourdes decorriam de acordo com um programa diário repleto de cerimónias religiosas mas , tal como havia sido anunciado na publicitação das peregrinações alentejanas⁶⁰, existiram tempos livres que permitiram aos viajantes usufruir de um programa turístico : «Para que os peregrinos se não desviem do fim da peregrinação, nem falem aos seus actos oficiais, a Comissão destina um dia para quaisquer excursões que os peregrinos queiram fazer».

⁵⁹ Cf. Mapa nº 4

⁶⁰ Cf. *A Defesa*, 20 de Agosto de 1927, Ano V, nº 232

CAPÍTULO 4

OS PARTICIPANTES

4.1 – Caracterização e recrutamento espacial dos peregrinos

A origem desta dissertação reside em dois livros que se encontram no Arquivo da Sé de Évora, sem qualquer registo arquivístico. Parece que ficaram por ali esquecidos nas últimas oito décadas que decorreram entre as duas viagens a Lourdes e o momento presente. Nestes livros, dois manuscritos encadernados com capa dura, foram registadas as listas dos peregrinos a Lourdes em 1926 e 1927. Cada uma das listagens está ordenada a partir do número um até ao último peregrino desse ano. Por questões metodológicas, que se prendem com a intenção de estudar estas duas viagens como um fenómeno de transnacionalidade que se desenrolou em dois anos consecutivos, os dados são apresentados agregados numa única lista ainda que permaneçam identificados pelo ano da viagem.

Em 1926 viajaram 387 pessoas e 336 foi o número de participantes em 1927⁶¹, o que perfaz um universo de 723 peregrinos que viajaram até Lourdes. O enfoque deste estudo centra-se sobretudo na esfera eborense não sendo de excluir a inserção de dados relativos aos peregrinos oriundos de outros distritos sempre que o contributo permita o enriquecimento das conclusões deste trabalho.

Através da consulta da imprensa sabemos que outros peregrinos se juntaram aos que constam desta listagem e que, tendo viajado noutros comboios, já se encontravam em França quando a peregrinação alentejana aí chegou. Alguns destes

⁶¹ Cf Anexo nº 1 Listagem dos peregrinos

peregrinos foram ao encontro do comboio especial em Baiona , como é o caso do Reverendo Moreira Pinto ou do Comendador Antonio Coelho de Villas Boas, um dos organizadores da viagem⁶² . Também quando o comboio especial chegou a Lourdes já aí se encontrava uma comitiva alentejana composta pelo Arcebispo de Évora e membros de algumas famílias eborenses aguardavam a chegada dos peregrinos ⁶³ . Nesse ano de 1926 foram quatrocentos e cinquenta os peregrinos alentejanos em Lourdes. Em 1927 , apesar de não conseguirmos contabilizar quantos peregrinos viajaram para Lourdes por outros meios, sabemos que o Bispo de Portalegre se juntou em Baiona ao grupo que viajava no comboio especial e que o Arcebispo de Évora participou nas cerimónias que tiveram lugar na Gruta de Lourdes. ⁶⁴ Podemos concluir que nas cerimónias oficiais que decorreram em Lourdes no âmbito das peregrinações alentejanas participaram mais elementos do que aqueles que viajaram nos comboios especiais que se formaram em Portugal em 1926 e 1927.

A peregrinação de 1927 apresentou um aspeto distintivo no que toca aos participantes. Nesta deslocação a Lourdes foram integrados doentes, na sequência de uma decisão tomada pelos peregrinos no final da viagem de 1926, e que conduziu à constituição da Associação de S. João de Deus para a assistência e transporte de doentes aos Santuários da Virgem. Para que este empreendimento fosse exequível cada peregrino de 1926 contribuiu financeiramente para que os doentes pobres pudessem viajar e beneficiar de hospitalização gratuita em Lourdes. A comissão organizadora definiu os critérios para que os doentes pudessem integrar a peregrinação. Em primeiro lugar deveriam ser portadores de doenças graves para as quais a medicina não tinha encontrado uma cura. Para comprovar a sua situação deviam ser portadores de um dossiê onde constassem vários atestados médicos : «sejam doentes com moléstias graves e declaradas incuráveis por vários atestados médicos que levarão consigo. Esse dossier medico será organizado de

⁶² Cf. A Defesa, «Peregrinação Alentejana a Lourdes», 25 de setembro de 1926.

⁶³ Cf. Idem, ibidem

⁶⁴ Cf. Novidades, As Dioceses Alentejanas em Lourdes, 17 de setembro de 1927

harmonia com as instruções que a Comissão a seu tempo tornará publicas»⁶⁵. A inclusão de doentes conduziu também a que na peregrinação de 1927 participassem duas novas categorias de peregrinos : os *brancardiers*, designação adotada para os voluntários que exerciam as funções de maqueiros, cuja função era assistir e transportar os doentes, e as enfermeiras que, conjuntamente com os médicos, prestariam assistência gratuita aos doentes.⁶⁶

A chefiar os *brancardiers* e as enfermeiras estavam o Comendador Villas Boas, que desempenhava também as funções de organizador da peregrinação, e a esposa Maria Anna Coelho de Villas Boas, ambos agraciados com a medalha de prata por serviços prestados em Lourdes na assistência aos doentes.

A identificação dos peregrinos foi feita através dos manuscritos da Sé de Évora onde cada um dos nomes foi registado num pequeno espaço retangular no interior do qual se encontra o nome do participante, o número que lhe foi atribuído, a origem geográfica e uma pequena fotografia. Este último elemento revelou-se muito útil para a identificação dos peregrinos na medida em que nos ajudou a perceber quais os viajantes que não eram adultos.

Em ambos os livros o nome de alguns peregrinos é precedido de um título tal como Monsenhor, Padre, Dr. ou Capitão, enquanto que o nome de algumas senhoras é precedido do título D., abreviatura de Dona. Em 1927 o redator da lista retirou este título a todas as senhoras.

Nestes livros constam ainda as datas e os carimbos das alfândegas por onde passou o comboio lusitano assim como as autorizações das entidades oficiais para a deslocação entre Évora e Lourdes. Face a estes dados acreditamos que estes livros tenham servido de passaporte coletivo, convicção reforçada pelo facto de não termos encontrado registo de pedidos de passaportes para estas duas viagens nos arquivos das três cidades mais importantes do Alentejo: Évora, Beja e Portalegre.

⁶⁵Cf. A Defesa, 15 de Janeiro de 1927. P.3

⁶⁶ Cf. A Defesa, 15 de Janeiro de 1927, p. 3

Sobre os peregrinos esta fonte não nos fornece mais informações pelo que precisámos de cruzar os dados cotejados com a leitura da imprensa local e nacional, com o recenseamento eleitoral de 1926 e com o registo de passaportes, onde encontrámos alguns destes peregrinos a viajar em anos próximos aos destas duas viagens. Após esta pesquisa foi possível completar a informação relativa às ocupações profissionais, idade e estado civil mas apenas para o conjunto dos peregrinos correspondentes ao universo masculino. Esta limitação decorre dos critérios que presidiram ao recenseamento eleitoral ⁶⁷e que atribuíram capacidade eleitoral exclusiva aos homens. Mesmo para este segmento dos peregrinos, que corresponde a 38%, o sistema de sufrágio capacitário que vigorou durante a 1ª República, e em particular a partir de 1913 ⁶⁸ apenas concedia capacidade eleitoral ativa aos eleitores masculinos, maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever. Esta lei excluiu ainda os militares que viram novamente o seu direito a participar nas eleições a partir de 1915⁶⁹. Este recuo face às propostas que os republicanos formularam antes de 5 de Outubro de 1910, afastou do sufrágio alguns grupos, predominantemente do proletariado industrial e agrícola⁷⁰ o que se traduziu também numa limitação à caracterização dos peregrinos de 1926-27 que compõem este estudo. O recenseamento de 1926, não contempla o requisito censitário que era necessário para o período anterior à implantação da República, mas informa sobre a profissão, idade, estado civil, local de residência e se o recenseado possuía, ou não, capacidade para ser elegível.

Tanto os manuscritos do arquivo da Sé, como os artigos que são publicados na imprensa, referem-se à 1ª ou à 2ª *Peregrinação Alentejana a Lourdes*. Esta designação pressupõe que a base de recrutamento dos participantes tenha tido origem na arquidiocese de Évora e nas dioceses de Beja e Portalegre. Procedemos então ao levantamento dos dados fornecidos pelos manuscritos da Sé que foram

⁶⁷Cf. Fernando Farelo Lopes, 1994, pp 74-76

⁶⁸ Cf. Cap. I, Lei n.º 3 de 3 de Julho de 1913

⁶⁹ Cf. Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915

⁷⁰ Cf. Manuel Pimenta Morgado Baioa, 2012

coligidos numa tabela onde se respeitou a ordem de inscrição⁷¹. Constatámos que os participantes são oriundos de 63 povoações, registando-se dois peregrinos cuja origem geográfica é desconhecida. A maioria destas povoações inscreve-se na área delimitada pelos distritos de Évora, Beja e Portalegre⁷². Para além dos peregrinos alentejanos participaram nas duas viagens peregrinos que residiam fora da região alentejana, sendo que alguns são oriundos distritos contíguos, como é o caso de Santarém e Castelo Branco.

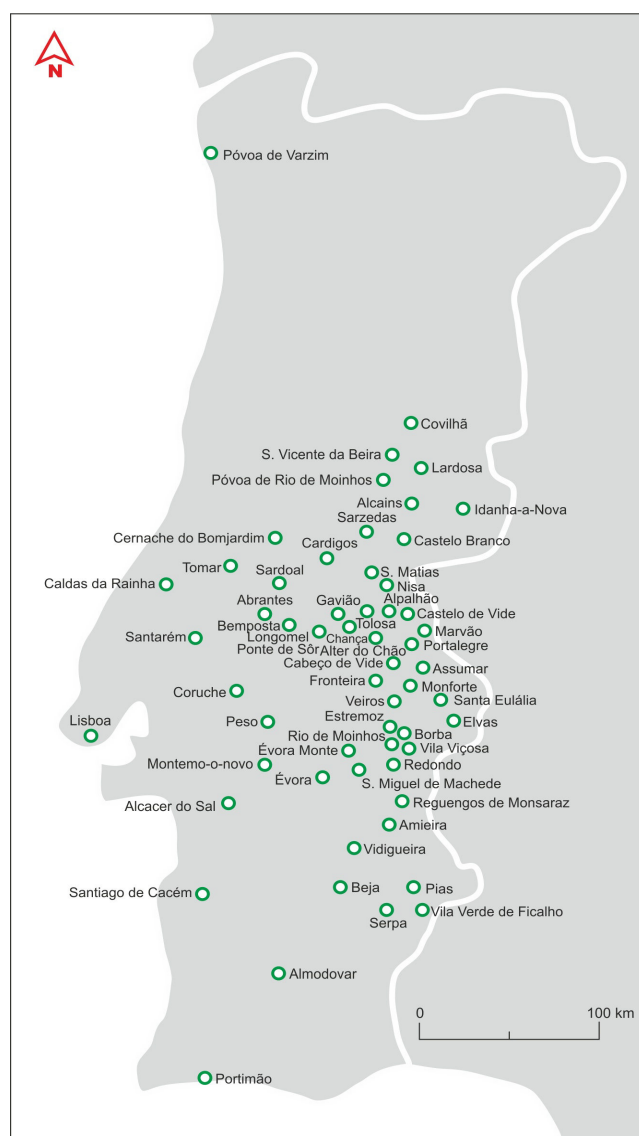
Outros são oriundos de zonas mais distantes como é o caso de Portimão ou Póvoa do Varzim. Através de uma análise mais fina concluímos que, no que concerne à origem geográfica dos peregrinos, a cidade de Portalegre contribui, no conjunto das duas viagens, com a maior percentagem de participantes correspondente a 26,1%, seguida da cidade de Évora com 19,6%, de Elvas com 10% e de Beja com 5,5%. Não deixa de ser curioso que tratando-se de duas peregrinações alentejanas a cidade de Lisboa contribua com 5,8%, uma percentagem mais elevada do que a que registamos para a cidade de Beja. Uma hipótese de explicação para este número mais reduzido de participantes oriundos da cidade de Beja está relacionada com o facto de em 1926 se ter realizado uma peregrinação da diocese de Beja, tal como noticia o *Jornal A Defesa*⁷³. Os restantes participantes, 33%, distribuem-se por 58 povoações tal como se pode observar no mapa mas com uma concentração acentuada na zona do interior norte alentejano.

⁷¹ Cf anexo nº 1 Listagem dos peregrinos

⁷² Cf Mapa nº 5 Origem geográfica dos peregrinos

⁷³ Cf. A Defesa 30 de janeiro de 1926

Mapa nº 5 - Origem geográfica dos peregrinos



Fonte: Manuscritos da Sé de Évora : 1ª Peregrinação Alentejana a Lourdes e 2ª Peregrinação Alentejana a Lourdes

Para iniciar o procedimento de caracterização dos peregrinos tivemos dificuldade em perceber qual era o estado civil e a que escalões etários pertenciam porque os manuscritos não contemplam esta informação. Após a pesquisa efetuada

no recenseamento eleitoral de 1926 dos concelhos de Beja e Évora e do registo de passaportes solicitados nestes concelhos , foi possível complementar os dados que haviam sido coligidos nos manuscritos da Sé. Para o Distrito de Portalegre não obtivemos dados suplementares porque esta documentação não se encontra no arquivo distrital. Através dos elementos recolhidos obtivemos informação mais detalhada para 56 peregrinos o que nos permitiu coligir dados relacionados com a idade, a profissão e o estado civil.

Com base nos manuscritos, e a partir de uma análise muito simplificada, foi possível concluir que dos 723 participantes, 447 , ou seja 62% , pertenciam ao sexo feminino e 273, correspondentes a 38% do total, ao sexo masculino. Pelas fotografias que acompanham os nomes ousamos afirmar que a maioria dos peregrinos era adulta dado que apenas conseguimos identificar 15 peregrinos, 2%, que aparentavam ser menores.

4.2 - O perfil sócio-ocupacional dos peregrinos

Quando este estudo teve início partiu-se do pressuposto que viajar para França durante cerca de 10 dias, poderia não estar ao alcance de muitas pessoas. Conhecíamos o custo da viagem, que foi organizada em 3 classes correspondentes à categoria de hotel e à passagem do comboio, e que se cifrou em 1926 nos seguintes valores : 1.100.000 reis em primeira classe, 800.000reis em segunda e 500.00 em terceira⁷⁴. Em 1927 o preço subiu ligeiramente porque a duração da viagem foi prolongada, catorze dias contra os dez de 1926. Assim, para 1927, a organização estimava que os preços da viagem alcançassem os seguintes valores 1.200\$00 em 1ª classe; 900\$00 em 2ª classe e 600\$00 em 3ª classe.⁷⁵

Estas quantias, do ponto de vista da comissão organizadora não aparentavam ser muito elevadas « era nosso desejo que fosse este ano a Lourdes pelo menos meio milhar de Alemtejanos. Será pedir muito numa província onde poderiam ir milhares e milhares sem nenhum transtorno para as finanças de cada qual?»⁷⁶.

Contudo, analisado à luz dos salários da época, o preço desta viagem em terceira classe, para nos situarmos nos valores mais baixos, situa-se ligeiramente acima do salário mensal de um professor do ensino primário posicionado no topo da carreira que, em 1925, auferia 707\$50. Ainda tendo como referência o ano de 1925, um tenente recebia por mês um salário de 916\$50 , o montante necessário para a viagem em segunda classe.⁷⁷Estamos, por conseguinte, a falar de preços de viagem equivalentes ou superiores a vencimentos mensais que conduziram a organização a estabelecer um plano de pagamento faseado, quiçá para facilitar o pagamento que,

⁷⁴ Cf. A Defesa, «Peregrinação Alentejana a Lourdes» ,5 de Junho de 1926, pág.2

⁷⁵ Cf. *Noticias d' Evora*, «2ª peregrinação alentejana a Lourdes»- 3 de Julho de 1927, p. 2

⁷⁶ Cf. A Defesa, «Peregrinação Alentejana a Lourdes» , 5 de Junho de 1926, p.2

⁷⁷ Cf. A. Nóvoa, *Les temps des professeurs*, Vol II, Lisboa, JNIC, 1987, p. 625

ainda assim, deve ter exigido o recurso às poupanças. O certo é que o preço da viagem não desmotivou os 723 peregrinos de participar na peregrinação a Lourdes.

Colocou-se, em seguida, a questão de saber se estávamos perante um movimento que envolveu as elites alentejanas que dispunham de recursos financeiros para fazer face a tais despesas: quem eram estes peregrinos sobre os quais só conhecíamos o nome, o sexo e a origem geográfica? O Jornal eborense *Notícias d'Évora* noticiava em Setembro de 1927 que tinham viajado para Lourdes algumas das principais famílias eborenses : «no comboio da tarde de ontem, retiraram desta cidade, com destino a Abrantes, afim de ali tomarem o comboio especial que as ha de conduzir a Lourdes algumas das principaes famílias d'Évora »⁷⁸. Esta notícia parecia confirmar que se tratava de uma viagem na qual participava a elite eborense. Ao percorrer a listagem de peregrinos originários de Évora, núcleo central deste trabalho, procurámos detetar alguns dos apelidos que, tradicionalmente, compuseram a elite social eborense desde , pelo menos, o século XIX, tais como Coelho de Villas Boas, Cordovil de Brito, Melo, Fernandes e Perdigão, referenciados por Helder Adegar Fonseca como apelidos associados à elite eborense do século XIX⁷⁹ e o que pudemos constatar é que entre os peregrinos figuram alguns destes apelidos. Em 1926, no topo da listagem, surgem-nos José de Sousa e Melo e Adelina Monteiro Sousa e Melo , seguidos de três elementos da família Cordovil e Cordovil Coelho. À chegada a Lourdes os peregrinos foram aguardados pelo Arcebispo de Évora que se fez acompanhar pelas famílias Potes, Amilcar Fernandes e Cordovil, todas de Évora ⁸⁰ Sobre a família Potes o jornal a *Defesa* , publicou na sua edição de 9 de janeiro de 1926 que « A Exmª Senhora D. Anna Fernandes Potes acaba de ser agraciada por Sua Santidade Pio XI com a Cruz Pro Ecclesia e Pontífice . Esta condecoração instituída pelo Santo Padre Leão XIII, , e conservada pelos seus sucessores é raramente concedida (...) O Exmº Senhor Arcebispo quis ele próprio ir a casa da Srª D. Anna Potes entregar-lhe a

⁷⁸ Cf. *Notícias d'Évora* , «Peregrinação a Lourdes» 2 de Setembro de 1927, p. 1

⁷⁹ Cf. Helder Adegar Fonseca, 1996b

⁸⁰ Cf. *A Defesa*, «Peregrinação Alentejana a Lourdes», 25 de Setembro de 1926, p.1

condecoração.⁸¹ Por sua vez o Comendador Antonio Coelho de Villas Boas era um dos membros da comissão organizadora designada pelo Arcebispo de Évora para preparar a peregrinação, e foi designado como chefe dos maqueiros : « O Brancardier chefe é o Exmº Sr. Commendador Antonnio Coelho de Villas Boas, de Evora, o qual de há muitos anos vem exercendo este ministério de caridade em Lourdes, tendo já recebido a medalha de prata pelos muitos e valiosos serviços».⁸² Para chefe das enfermeiras foi designada a esposa do Comendador : « A Enfermeira chefe é a Exmª Srª D. Maria Anna Coelho de Villas, de Evora. Esta senhora tem longa pratica de serviços de enfermagem em Lourdes e já foi também agraciada com a medalha de prata».⁸³ Não dispomos de dados que nos permitam ligar, explicitamente, estes peregrinos às elites económicas e sociais eborenses mas os apelidos, conjugados com o lugar de destaque que ocupam nas duas peregrinações, quer na organização, quer no círculo próximo do Arcebispo de Évora, convergem para a participação de «algumas das principaes famílias d'Evora»⁸⁴ neste empreendimento.

Após a identificação nominativa dos peregrinos e dos títulos registados pelo organizador das listagens, efetuou-se o cotejo com o caderno do recenseamento eleitoral de 1926, selecionado pela proximidade cronológica face às duas viagens. Este caderno reporta-se às eleições municipais e fornece dados relativos ao nome, idade, profissão, residência e se o recenseado era elegível para os cargos. Após esta consulta, procurou-se ainda coligir informação a partir da consulta dos registos dos passaportes que foram emitidos em 1925 e 1928, os anos que balizam as duas peregrinações. No final foi possível obter informação complementar, à que se encontra plasmada nos livros de registo dos peregrino, para um universo de 56 peregrinos de Évora e de Beja, tal como já foi referido num outro ponto deste estudo. Desta forma a caracterização socio-ocupacional dos peregrinos incide sobre

⁸¹ Cf. *A Defesa*, « Distinção Pontifícia», 9 de Janeiro de 1926, p.1

⁸² Cf. *A Defesa*, «Peregrinação a Lourdes», 9 de Janeiro de 1926, p.1

⁸³ Cf. *A Defesa*, «Peregrinação a Lourdes», 9 de Janeiro de 1926, p.1

⁸⁴ Cf. *Noticias d'Evora* «Peregrinação a Lourdes», 2 de Setembro de 1927, p. 1

102 indivíduos do sexo masculino na medida em que dos cento e onze para os quais obtivemos dados, nove repetiram a viagem em 1927 e, por conseguinte, aparecem duas vezes na listagem. Assim, face aos duzentos e setenta e seis indivíduos do universo masculino que participaram, e tendo em linha de conta que os menores e os repetentes foram excluídos da amostra, o enfoque da análise, que a seguir se apresenta, incide sobre 43% dos peregrinos do sexo masculino.

Após os dados terem sido coligidos foi possível construir, numa primeira fase, uma base de dados onde consta o número do registo, o nome do peregrino, a localidade, o género, o título, a idade, a profissão, o estado civil, e observações.⁸⁵ A única alteração a que se procedeu face ao que está plasmado na fonte foi a numeração sequencial do número um ao número setecentos e vinte e três, ao invés de se reiniciar a contagem com o primeiro peregrino de 1927.

Nesta tentativa de traçar o perfil sociológico dos peregrinos não fomos indiferentes ao facto de nos manuscritos da Sé alguns dos viajantes terem sido inscritos com um título que acompanha o nome. Estes títulos são de natureza eclesiástica e entre eles constam os títulos de bispo, cónego, monsenhor, presbítero ou padre; castrense entre os quais são referenciados os títulos de coronel, tenente coronel, tenente, capitão e capitão de infantaria, ou de natureza académica que aparece na listagem através da abreviatura dr. que é utilizada para as profissões de professor do liceu, advogado, médico ou sem qualquer referência à profissão. Os títulos mereceram particular atenção porque, na ausência de informação sobre a profissão, nos permitiram classificar a posição social do indivíduo através do HISCLASS, como será referido ainda neste capítulo.

Tratando-se de um movimento de peregrinos, com o seu prelado a dinamizar a participação, não é de estranhar que um dos títulos que surge com maior frequência, em 40% dos casos, seja o de padre, com 31 casos. Se a este juntarmos outros títulos como bispo, cónego, arcebispo, o número ascende a 44 casos. O segundo título que foi referenciado é o de dr., com 20 ocorrências e que

⁸⁵ Cf Anexo nº 1 Listagem dos Peregrinos

equivale a 26% dos casos, seguido do título de cônego com 13% e 10 casos, enquanto que o de capitão foi referenciado para 6 indivíduos o que corresponde a 8% do total . Foram ainda registados outros títulos, tais como coronel, tenente coronel, tenente, capitão mas com um número de casos residual. Podemos concluir que 58% dos títulos que identificámos estão ligados à vida eclesiástica, 26% dos títulos estão relacionados com o grau académico, com profissões liberais ou associadas ao ensino público e 15% ao sector militar.

Numa segunda fase procurou-se a codificação das ocupações coligidas segundo os critérios do HISCO, Historical International Standard Classification of Occupations – Classificação Histórica Internacional das Ocupações. Esta classificação, que tem servido de suporte para os estudos de investigadores cujos trabalhos colocam o enfoque nas questões da mobilidade, estratificação ou da desigualdade social ⁸⁶ permite a codificação de profissões/ocupações do passado tendo por base a ISCO 68 (Internacional Standard Classification of Occupations – Classificação Internacional de Ocupações de 1968), a codificação das profissões criada pela Organização Internacional do Trabalho, utilizada em censos e recolha de dados estatísticos.

Cada ocupação cotejada foi confrontada com as constantes do projeto 1000 Ocupações Históricas e com o manual do HISCO, tendo sido atribuído a cada uma um código composto por cinco dígitos. O trabalho revelou-se facilitado, em primeiro lugar pelo número de casos que, face ao universo dos participantes, é reduzido e, em segundo lugar, pelo facto de o recenseador apenas ter usado uma designação ocupacional para cada recenseado.⁸⁷

Após a codificação notamos uma tendência para que o maior número de peregrinos se situe nas classes um, com vinte e nove indivíduos, e na classe dois na qual registámos cinquenta e um indivíduos. O facto de a maioria se situar nestas duas classes mais elevadas não será alheio ao número de participantes ligado, por

⁸⁶ Cf FONSECA e GUIMARÃES, 2006 ; BERNARDO, 2009; BOTELHO, 2008

⁸⁷ Cf Anexo 1, Listagem dos peregrinos

um lado, à vida eclesiástica e, por outro, à posse de bens ou propriedades. O peso dos eclesiásticos era expectável na medida em que se trata de uma iniciativa que partiu da Igreja e que por ela foi tutelada. Quanto aos proprietários, não correspondendo esta designação a uma atividade económica específica, não deixa de ser importante a sua codificação pela informação que fornece relativamente ao *status* do indivíduo.

Apesar deste enviesamento para o topo destacamos a abertura do leque social atestada na existência de viajantes que puderam ser codificados nas classes três, quatro, cinco, sete, oito e nove. A presença de um criado de servir, que participa duas vezes, também é merecedora de nota e a questão que se coloca é a de saber se participou a título individual ou se acompanhou o patrão nesta viagem. Pela sequência das listagens não foi possível determinar com quem viajou este peregrino.

Sociologicamente podemos concluir que se trata de um grupo aberto, claramente enviesado para o topo, que vai da burguesia local até setores da pequena burguesia e do artesanato e que engloba também indivíduos cuja ocupação se enquadra nas novas profissões.

4.3 - A peregrinação a Lourdes, uma jornada familiar

Os manuscritos da Sé, aparentam ter organizado as listas de peregrinos tendo por base uma lógica de agrupamento de apelidos comuns. Esta opção permitiu-nos identificar uma componente familiar que esteve presente nestas peregrinações. Não conseguimos precisar o grau de parentesco que une os participantes mas, em alguns casos, estes agrupamentos familiares são constituídos por um elemento do sexo masculino e outro do sexo feminino que viajam acompanhados por crianças, pelo que nós é dado observar a partir nas fotografias que acompanham cada um dos nomes, e partilham entre si um ou mais apelidos comuns. Através do cruzamento dos apelidos colocamos a hipótese de algumas famílias nucleares terem realizado a experiência conjunta de viajar até Lourdes.

Vejamos alguns exemplos que a Listagem dos Peregrinos fornece⁸⁸: em 1926 viajou, a partir de Portalegre, um grupo com os números de inscrição 233 a 237. O apelido do primeiro elemento do sexo masculino é Sampaio ao qual se segue um elemento do sexo feminino cujos apelidos são Leite de Figueiredo Sampaio. A sequência seguinte é composta por mais três elementos cujos apelidos são Leite de Figueiredo Sampaio. O último elemento deste grupo aparenta ser menor. Iremos encontrar este apelido num outro grupo, também oriundo de Portalegre mas com números de inscrição mais elevados compreendidos entre o 319 e 322. Também estes parecem constituir uma família nuclear composta da seguinte forma: o pai Antonio Pedro Nunes Coelho Sampaio, a mãe Ester Rita Luzarte Sardinha Sampaio e os filhos, que apresentam nomes compostos pelos três apelidos Jose Alfredo Sardinha Coelho Sampaio, Clotilde Augusta Luzarte Sardinha Coelho Sampaio e cujas fotografias nos permitem depreender que se tratava de duas crianças. Estes dois grupos que acabámos de descrever apontam também para uma outra hipótese

⁸⁸ Cf Anexo 1 Listagem dos peregrinos

que procuraremos explorar mais adiante e que se prende com a deslocação a Lourdes de famílias alargadas. Tomando ainda como exemplo o ano de 1926, um grupo de apelido Chambel parece configurar outra família nuclear composta por pai, mãe e dois filhos. Trata-se dos indivíduos inscritos com os números 344 a 347 : João Manuel da Luz Chambel, Maria José Mendes da Luz Chambel, António Mendes da Luz Chambel e Mario Mendes da Luz Chambel, estes dois últimos identificados através das fotografias como sendo menores.

Idêntica leitura se pode fazer dos indivíduos inscritos com os números 492 a 495 que, em 1927, viajaram a partir de Castelo de Vide. O pai Manuel José Godinho Neves, a mãe Maria José Faria Videira Godinho introduz o apelido Videira e os filhos apresentam-se com três apelidos, conjugados a partir dos nomes dos pais, Isaura Videira Godinho Neves e Licínio Videira Godinho Neves identificados através das fotografias como indivíduos que ainda não atingiram a idade adulta. De Lisboa , em 1927, participou um grupo, identificado na tabela com os números compreendidos entre o 678 e o 680 que parecem enquadrar-se neste modelo familiar: Manuel António Carvalho viajou com Elvira Nunes de Carvalho e com Maria Emília Nunes de Carvalho que aparenta ser menor. Idêntico caso nos parece existir quando nos defrontamos com o grupo identificado entre os números 586 a 588 que no mesmo ano se desloca a Lourdes e que é composto por Albano da Cruz Curado Biscaya, Anna Palmeira Pestana de Sampaio Biscaya e Maria José Pestana de Sampaio Biscaya que aparenta ser menor. Tendo em linha de conta os apelidos comuns, a sequência dos números, e as fotografias, conseguimos identificar 40 indivíduos que, representando 5,5% dos peregrinos, viajam, aparentemente, com a sua família mais próxima.

Identificámos também outros grupos de viajantes com apelidos comuns mas para os quais não conseguimos avançar uma hipótese de grau parentesco. Aparentemente parecem constituir uma família alargada no seio da qual vários elementos partilham um ou mais apelidos e constituem 20,7 % dos viajantes. O grupo familiar mais numeroso que apresenta estas características é composto por

onze membros, partilhava o apelido Sant' Anna e era oriundo de Portalegre e de Elvas . Neste caso confrontamo-nos com um grupo que não tem uma inscrição sequencial, apresentando-se fragmentado em dois grupos que foram organizados não só pelo apelido mas também pela localidade de origem.

De Lisboa fazia parte o grupo mais numeroso inscrito de forma sequencial e dele fazem parte nove indivíduos que partilham o apelido Mascarenhas. Foram inscritos com números sequenciais entre o 533 e 542 e no seu seio viajam duas meninas que parecem não ter atingido a idade adulta. O apelido Mascarenhas apresenta-se conjugado com mais três apelidos : Zuzarte, Atahayde e Bom de Sousa. Para este grupo não é possível avançar um grau de parentesco mas não nos parece que subsistam dúvidas de que se trata de um grupo que possui laços familiares.

Identificámos também grupos pequenos compostos por dois ou três elementos que partilhavam apelidos, que se encontravam inscritos de forma sequencial e que provinham da mesma localidade. Estes pequenos grupos, nos quais se inscrevem 153 indivíduos, ou seja 21,16% aparentam ser marido e mulher , como é o caso de José Varela Lopes e Rosa do Carmo Varela Lopes, inscritos com os números 6 e 7 ou José de Sousa e Melo e Adelina Monteiro Sousa e Melo, números 8 e 9 .

Outros laços de parentesco tais como irmãos, primos, mãe e filho(a) ,e que distinguimos do modelo familiar nuclear composto por pai, mãe e filhos e do modelo familiar mais alargado no seio do qual viajaram as famílias já descritas anteriormente, parecem ligar indivíduos que viajam em grupos compostos por apenas duas pessoas com aparentes ligações familiares.

Conseguimos ainda identificar, na tentativa de compreender a dimensão familiar desta viagem transnacional, grupos de duas ou três pessoas que partilhavam o mesmo apelido mas que eram constituídos por duas ou três senhoras com apelido comum e que foram inscritas com números sequenciais. Tomemos como exemplos Juliana Tavares Ribeiro da Silva e Maria Julia Ribeiro da Silva,

residentes em Portalegre foram inscritas com os números 480 e 481, Luisa Vaz e Teresa Vaz , ambas residentes em Estremoz ocupam o número 410 e 411 e, em 1926, três senhoras parecem viajar em conjunto Maria Theresa de Sande Nunes Barata, Anna Mexia Nunes Barata Fernandes e Filipa Mexia Nunes Barata, inscritas com os números 18, 19 e 23 ou ainda Maria José Gusmão Le Cocq e Maria Luisa Gusmão Le Cocq, números 42 e 43. Este tipo de agrupamento também é comum a alguns homens , de que são exemplo Francisco Xavier Vidigal Firmino e Firmino José Vidigal, inscritos com os números 173 e 174 ou de José Raphael de Carvalho e António da Conceição Carvalho, inscritos com os números 505 e 506.

Ao percorrer a listagem conseguimos ainda identificar indivíduos com apelidos comuns, originários da mesma localidade mas inscritos com números muito distanciados entre si. Para estes casos não ousamos avançar uma hipótese de laços de parentesco na medida em que pode tratar-se apenas de apelidos coincidentes.

A partir da sequência nominativa e da repetição de apelidos, conjugados com a origem geográfica, é possível sugerir que estamos perante uma peregrinação com contornos familiares e que, aparentemente, envolveu 430 dos 723 participantes. Identificámos ainda 293 indivíduos que aparentam ter viajado fora do seio familiar, o que corresponde a 40,5 % dos participantes, valor expectável tendo em conta o número de sacerdotes que integra as duas peregrinações.

Estes dados podem significar que a maioria dos peregrinos, cerca de 59,5%, viajou inserida num contexto familiar. Esta hipótese, que agora formulamos, apenas poderá ser confirmada em estudos ulteriores nomeadamente através da consulta de registos paroquiais que nos permitam reconstituir estas famílias.

4.4 - Número de idas

Após a constatação de que alguns dos nomes apareciam repetidos no manuscrito de 1927, procurámos fazer um cruzamento dos dados para determinar quantos dos peregrinos de 1926 haviam repetido a experiência no ano seguinte. Um dos problemas que esta fonte nos colocou prendeu-se com a alteração da grafia dos nomes que passou pela duplicação de consoantes nos apelidos ou com a introdução de novos apelidos ou de abreviaturas. Tomemos como exemplo a viajante nº 338, Augusta do Carmo Dias Afonso, oriunda de Alcains, cujo apelido foi alterado para Affonso na lista de 1927.⁸⁹ Outro exemplo pode ser observado no caso de Custodia Dordio Pires, viajante nº 248, cujo nome é alterado para Custódia Dordio Rebocho Pires ou ainda Jeronimo de Sousa Sampaio cujo nome em 1927 sofre uma alteração para Jeronymo Augusto de Sousa Sampaio. Procurámos perceber se se tratava de outros indivíduos ou de alteração pontuais introduzidas por quem elaborou a lista. Para tal, os nomes foram confrontados com a localidade de origem, com o título, e com os viajantes mais próximos da lista. Quando se constatou que se tratava de um indivíduo que reunia condições idênticas, procedeu-se a uma alteração no nome através da construção de uma nova base de dados que permitiu contabilizar o número de peregrinos que repetiram a viagem em 1927 e que se cifrou em 44, ou seja, 6% dos participantes. Destes repetentes 8 (18,1%) estão associados ao mundo eclesiástico o que nos permite concluir por outro lado que dos 44 membros do clero que estão envolvidos nas peregrinações alentejanas 21,6% participa nas duas viagens.

Não nos foi possível traçar o perfil do peregrino que repetiu a viagem porque constatámos uma grande diversidade de situações que incluem casais , pessoas que viajaram sozinhas, senhoras que aparentemente foram acompanhadas por outras

⁸⁹ Cf Anexo 1, Listagem dos Peregrinos

senhoras da mesma família e indivíduos que ,em 1926, viajaram em família e que, em 1927, se deslocaram sozinhos. Em termos ocupacionais podemos constatar que se repete a diversidade sociológica patente numa diversidade de ocupações que vão desde o proprietário, ao criado de servir, passando pelo oficial dos correios.

CAPÍTULO 5

O INTERCONHECIMENTO EUROPEU A PARTIR DAS PEREGRINAÇÕES ALENTEJANAS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma leitura sobre a experiência de interconhecimento europeu que a peregrinação a Lourdes proporcionou.

O corpus documental é a imprensa local e nacional a partir da qual se procurou extrair elementos que permitissem reconstituir esta experiência de interconhecimento e de transnacionalidade.

Tratando-se de uma viagem de comboio cujo destino era França, que incluía a travessia do território espanhol com diversas paragens de cunho marcadamente turístico que tinham sido repetida e atempadamente anunciadas na imprensa, e que o mês escolhido para realizar as peregrinações, Setembro, registava uma grande afluência de pessoas oriundas de diversos países : «n' aquella ocasião juntam-se alli mais de 70 mil pessoas das peregrinações Belga, Inglaterra, Bourges , Coutances, Auch, Limoges, Mans, Italiana, Reims, Guarda, Suissa, Irlanda, Cambral, Agen, Provence, Nantes, Poitier, Metz, Troyes»⁹⁰ tudo indicava que estas viagens tinham constituído uma experiência de transnacionalidade facilitadora do interconhecimento europeu. Na medida em que falamos de interconhecimento procurámos perceber quais as experiências vividas pelos peregrinos portugueses e as eventuais marcas que possam ter deixado nos estrangeiros com quem conviveram ao longo da viagem e da estada em Lourdes.

⁹⁰ *Noticias d' Evora* , 3 de Julho de 1927, Ano XXVII, nº 7952, p.2

Uma das referências que causa admiração aos viajantes pelo efeito e pela marca de modernidade é a utilização da luz elétrica no espaço público. A este deslumbramento não deverá ser alheia a tardia introdução da eletricidade no Alentejo, e em particular em Évora, no que diz respeito ao consumo público e ao privado. ⁹¹Esta admiração está patente em diversos artigos e, em alguns casos, funciona como um elemento de atração para a viagem : « No dia 8 celebra-se em Lourdes uma grande festa, iluminado todas as três Basílicas, e uma espectáculo admirável desenhando-se o contorno das Basílicas a lâmpadas elétricas no escudo das grandes montanhas dos Peryneus»⁹²

Em Lourdes, na noite da chegada, os peregrinos presenciaram o momento em que se acendeu a iluminação elétrica facto que causou grande admiração entre os presentes. « Naquella noute, para cumulo da dita, a Basílica iluminou-se toda a luz eléctrica e os Peregrinos Alemtejanos puderam admirar a prodigalidade das luzes, fazendo sobresahir as linhas architetonicas das tres egrejas sobrepostas. Oh! Como é bello! Isto não se descreve! Era a exclamação que sahia espontanea e irreprimível de todos os lábios»⁹³

As descrições também reproduzem as sensações que foram experimentadas no interior das igrejas de que é exemplo a que foi produzida a propósito da celebração de uma missa em S. Sebastian: «O sacristão abre então toda a iluminação electrica do altar mor. São desenas de lâmpadas simetricamente dispostas e produzindo um lindo efeito. O sacristão como hábil **metteur en scène** olha para nós como quem diz : Então o que lhes parece isto?»⁹⁴

O vestuário foi outro dos aspetos que mereceu destaque na imprensa seja pela natureza da viagem que impunha uma conduta discreta e sóbria, seja pelos encontros com o outro que são descritos em alguns artigos. Dada a natureza da viagem que aqui se apresenta é expectável que seja dada particular atenção ao

⁹¹ Sobre esta problemática cf Ana Cardoso de 2007, pp. 195-215

⁹² Cf. *Noticias d' Evora*, 14 de Julho de 1927, Ano XVII, p.2

⁹³ Cf. *Defesa*, Ano V, nº 185, 25 de Setembro de 1926, p.1

⁹⁴ Cf. *Novidades*, Ano XLI, nº 9413, 1 de Setembro de 1926,

vestuário. Nos artigos publicados na imprensa são dirigidos conselhos sobre o modo como os peregrinos devem trajar. As senhoras foram aconselhadas a vestir-se de acordo com as normas da *decência cristã*: « A Comissão pede Instantemente a todas as Senhoras que tomam parte na peregrinação a Lourdes que se apresentem segundo as normas da mais estrita decência cristã ⁹⁵ isto é sem decotes, nem vestidos sem mangas ou de mangas curtas, nem saias demasiadamente curtas. Este vestuário, que não deveria ser usado na peregrinação, já de si era censurável em senhoras cristãs em ocasiões normais quanto mais numa peregrinação: «vestir assim, numa simples viagem de recreio já era censurável em Senhoras cristãs; mas vestir desta sorte, numa peregrinação católica de penitência e de fé, seria uma escarneo atirado às faces da Santíssima Virgem» ⁹⁶As cores aconselhadas, tanto para as senhoras como para os homens, foram o preto ou outras de cor decente⁹⁷, presumimos que fossem preferencialmente escuras. Esta sobriedade no vestuário seria referenciada de forma elogiosa num artigo publicado no jornal A Defesa : «A afluência aos exercícios da peregrinação, as comunhões numerosas e fervorosas, a modéstia do traje das senhoras (...) tudo dava um tal cunho de piedade que mereceu os elogios até de estrangeiros que estão acostumados a verem lá peregrinações numerosas e bem organizadas» ⁹⁸

Os sacerdotes também não ficaram de fora destas normas tendo sido estabelecido que deveriam usar sapatos eclesiásticos com fivela, batina, romeira, capa ou viatório e ainda sobrepeliz para usarem nas procissões.

Perante regras tão claramente definidas, e publicitadas na imprensa, não é de estranhar que no Novidades exista uma referência a uma senhora que, encontrando-se no cais da estação espanhola, tenha despertado a atenção dos viajantes porque envergava saias curtas, cabelo à garçonne e que transportava ao

⁹⁵ Cf. *A Defesa*, Ano V, nº 232, 20 de Agosto de 1927, p.1

⁹⁶ Cf. *Idem*, *ibidem*

⁹⁷ Cf. *Idem*, *ibidem*

⁹⁸ Cf. *A Defesa*, Ano V, 1 de Outubro de 1927, p. 3

colo um cão com um laço ao pescoço. No final desta descrição o articulista remata com a seguinte frase: «Ah! Bons açoites». ⁹⁹

Um outro aspeto respeitante ao vestuário prende-se com o hábito que alguns religiosos envergavam em Espanha e França. Cruzaram-se, numa gare, com uma freira que envergava o hábito da ordem das *Filles de la Croix* e a conclusão que o articulista retirou foi que ninguém lhe fazia mal nem ela fazia mal a ninguém e termina com uma interrogação porque razão não se passaria o mesmo em Portugal.

Uma questão que mereceu destaque em alguns artigos relacionava-se com a alimentação fosse pelo conteúdo dos farnéis que os peregrinos transportava, fosse pelo jejum que praticaram por força das obrigações religiosas, ou ainda pelos produtos que encontraram ao longo da jornada. Durante uma breve paragem numa das várias estações espanholas, os peregrinos encontraram à venda pêssegos, peras e uns cestinhos de uvas que, segundo a descrição, eram mais apetitosas pela embalagem do que pelo gosto e o autor do artigo interroga-se porque razão em Portugal não se poderia fazer o mesmo isto é, colocar umas raparigas nas estações do caminho de ferro, envergando trajes tradicionais e apelando à compra da *explendida fruta que nós possuímos* ¹⁰⁰

No mesmo artigo encontramos uma referência à falta de qualidade de uma bebida que os peregrinos ingeriram numa curta pausa da viagem e que foi apelidada de *cafedório*. Na verdade os espanhóis chamavam café a uma bebida que afinal não passava de grão de bico torrado. Sobre este café foi também produzida uma referência ao elevado preço que tiveram que pagar e que custou dois mil reis quando em Portugal pagariam apenas por uma «ótima chávena de café, quando muito dez tostões». ¹⁰¹ Afinal a bebida não só não prestou, de acordo com o paladar luso, como ainda por cima foi cara.

Este não foi o único artigo em que o café espanhol mereceu uma referência pouco abonatória. Num outro artigo o café que foi servido numa estação de

⁹⁹ Cf. *Novidades*, Ano XLI, nº 9413, 1 de Setembro de 1926,

¹⁰⁰ Cf. *Idem*, *ibidem*

¹⁰¹ Cf. *Novidades*, Ano XLI, nº 9413, 1 de Setembro de 1926

caminho de ferro foi apelidado pelo cronista de «água adocicada a que, por eufemismo, chamam café».

A água que se bebia por terras espanholas também não mereceu melhor pontuação do que o café. Os peregrinos ao longo da viagem foram enchendo barris, cantarinhas, garrafas e garrafões mas a água espanhola afinal era salobra.¹⁰²

No que diz respeito aos locais visitados, e às paisagens que puderam ser admiradas, os articulistas foram mais pródigos nos elogios.

Vários são os artigos que publicitavam o programa turístico que estas peregrinações contemplavam: «No dia 2 (de Setembro), aí pela tarde, os Peregrinos chegarão a Burgos, onde terão uma demora de seis horas para visitar a linda e interessante cidade. No dia 3 terão uma demora de cinco ou seis horas em Bayonne »¹⁰³¹⁰⁴. Em Março de 1926, num dos primeiros artigos que divulgam a 1ª Peregrinação Alentejana a Lourdes podemos ler que à ida ou no regresso haveria tempo suficiente para que os peregrinos pudessem visitar Salamanca, Valadollid, Burgos, San Sebastian e Baiona. Em Agosto do mesmo ano são dadas informações mais detalhadas sobretudo no que concerne às horas de permanência e aos locais que seriam visitados em Burgos e dos quais o artigo destacou o Mosteiro de Huelgas, a Cartuxa de Miraflores e outros monumentos desta cidade, visita cuja duração estava prevista para 6 horas.¹⁰⁵

Nestes artigos que apelavam à participação na peregrinação, e exortavam o espírito religioso dos viajantes, existiam também descrições dos pontos turísticos que estavam contemplados na viagem: «*Lembramos ainda que o itinerário da peregrinação é tentador. Passar-se-á por algumas terras da Espanha, com a demora indispensável para que possam ser visitadas. Em França podem os peregrinos também visitar Bayona, Biarritz (sic) Pau, Tarbes, Gauterets, etc. etc.*»¹⁰⁶ A

¹⁰² Cf. Idem, ibidem

¹⁰³ Cf. A Defesa, Ano V, nº 232, 20 de Agosto de 1927, p.3

¹⁰⁴ Cf. A Defesa, Ano III, nº 181, 21 de Agosto de 1926, p.3

¹⁰⁵ Cf. A Defesa, Ano III, nº 156, 6 de Março de 1926, p.1

¹⁰⁶ Cf A Defesa, Ano V, nº 225, 2 de Julho de 1927, p. 2

organização publicitava o lado turístico da peregrinação sobretudo quando se aproximava o fim do prazo para as inscrições e ainda não tinham o número suficiente para fretar um comboio especial : « Alem dos encantos da viagem o premio espiritual que ides buscar compensa fartamente o vosso dispêndio monetário»¹⁰⁷

São vários os artigos onde estão plasmadas descrições dos locais visitados e das paisagens que são dadas a observar aos peregrinos : « A entrada numa terra estrangeira, às duas horas da madrugada nada tem de poético, nada que mereça descrição. O escuro da noute não deixava os alemtejanos contemplar aquelas extensas e desarborisadas planícies, de restolhos amarelos, tão parecidas com as campinas do Alemtejo. Para maior ser a semelhança até ao longe, pela madrugada, se ouviam o chocalhar monótono mas agradável dos grandes rebanhos de gado, tão familiares aos ouvidos dos filhos das terras transtaganas»¹⁰⁸ Não dispomos de dados mas, pelos anúncios que são feitos ao longo da publicitação da viagem, somos levados a crer que muitos dos viajantes alentejanos nunca tinham visto o mar ou tão pouco a neve. Quanto ao mar sabemos que apesar de uma grande parte da viagem ter sido feita pelo interior, pela rota que atravessa Espanha e que vai de Vilar Formoso a Hendaya, existiram paragens com o objetivo de visitar algumas praias.

A primeira paragem que permitiu aos viajantes sair da estação ocorreu em Burgos: « Ali havia uma longa paragem, necessária para que todos vissem com detenção a cidade, se podessem fazer sem pressas nem precipitações, os actos religiosos próprios do dia e podessem também descansar em hotéis os que mais carecessem de descanso»¹⁰⁹ Nesta cidade os peregrinos cumpriram com as obrigações religiosas, na Igreja dos Padres Jesuítas e , em seguida, visitaram a Catedral, um templo gótico datado do século XIII, O Mosteiro da Cartuxa de Miraflores, complexo gótico dos finais do século XV, o Mosteiro de Santa Maria Real de Las Huegas , fundado no século XII e que se constituiu como o mosteiro feminino

¹⁰⁷ Cf *A Defesa*, Ano V, nº 185, 13 de Agosto de 1927, pp.1

¹⁰⁸ Cf. *Novidades*, 15 de Setembro de 1927

¹⁰⁹ Cf. *Novidades*, Ano LXII, nº 9768, 14 de Setembro de 1927,p.2

mais importante de Castela e desfrutaram de um passeio ao longo do Rio Arlanzon que atravessa a cidade de Burgos.¹¹⁰ No regresso, o Jornal Novidades descreveu a visita à cidade e , em jeito de conclusão, afirmava que apenas pela visita a Burgos o dinheiro da viagem havia sido muito bem empregue: « Inutil é descrever a visita á cidade de Burgos. Só pelo facto de terem visto Miraflores, Las Huelgas, a Catedral e o lindo passeio ao longo do Almarzon davam já muitos o dinheiro por bem empregado¹¹¹ Esgotado o tempo previsto para a permanência em Burgos os viajantes regressaram ao comboio: «Á meia noite menos cinco o comboio punha-se em marcha, galgando rapidamente o caminho que nos conduzia aos Pyreneus. Os panoramas daqui a pouco começariam a ser magníficos , se sobre eles a noute não estendesse o seu escuro manto .»¹¹²

Em Baiona os viajantes visitaram a catedral, considerada pelo autor do artigo como sendo ampla e formosa e viajaram de elétrico até Biarritz para visitar uma das praias «mais elegantes e luxuosas do mundo»¹¹³.

Dois desses lugares estão relacionados com San Sebastian e Biarritz, ambas estâncias balneares e consideradas à época praias de renome, que mereceram não só o destaque enquanto pólo de atração para a inscrição na viagem como foram objeto de descrições de grande inspiração poética, elaboradas no regresso dos peregrinos, quase em jeito de reportagem. Estes artigos, escritos com grande minúcia, descreviam os locais, as cores, os cheiros, os estilos arquitetónicos, os elementos da natureza, o céu, rios, mares, montanhas e até uma trovoadas que, em 1927, se abateu sobre o comboio especial no trajeto entre Baiona e Lourdes : «a tarde estava porém pardacenta e bulções de nuvens negras lá para os lados do oriente e sudeste anunciavam grossa borrasca. Em meio duma atmosfera tão

¹¹⁰ Cf. *A Defesa*, Ano IV, nº 185, 25 de Setembro de 1926, pp.1 e 2

¹¹¹ Cf. *Novidades*, Ano LXII, nº 9768, 14 de Setembro de 1927,p.2

¹¹² Cf. *Idem*, *ibidem*

¹¹³ Cf. *A Defesa*, Ano IV, nº 185, 25 de Setembro de 1926, pp.1 e 2

escurentada nem a magnífica paisagem dos Pyreneus luzia. A negridão das nuvens não deixava contemplar as suas vistas perpetuamente nevadas».¹¹⁴

Somos levados a crer que estes artigos proporcionavam a quem os lia, e que não tinha tido oportunidade para participar na peregrinação, uma viagem imaginária e, seguramente, um conhecimento dos locais a que hoje chamaríamos conhecimento virtual.

Contudo nem todas as descrições são elogiosas. Por exemplo, aquando da passagem por Salamanca, o autor do artigo publicado no Jornal Novidades compara o aspeto árido da cidade, visível na arquitetura, cujas casas pareciam ter sobrevivido a um incêndio e no urbanismo, com o aspeto florido e bem cuidado das cidades francesas. Na comparação com Coimbra Salamanca, igualmente cidade universitária, também não saiu favorecida, tendo o articulista concluindo que, na comparação, Coimbra tem tudo a ganhar.¹¹⁵

Durante os dias que permaneceram em Lourdes, e nos intervalos das obrigações religiosas, alguns peregrinos «visitaram Pau, Tarbes, Toulouse, Ganivarme, as Grutas de Betharran, o Pico de Gers e , de acordo com a descrição, voltaram todos muito animados e entusiasmados com a beleza dos panoramas»¹¹⁶

Um outro assunto que procurámos apreender através da leitura da imprensa foi a do interconhecimento que , em Lourdes, deve ter sido favorecida pelos milhares de peregrinos que aí se reuniam na primeira quinzena de Setembro. Os articulistas não despenderam muito tempo a descrever os contactos com os outros peregrinos em Lourdes, nem sabemos até que ponto existiram. O que consta dos relatos a que tivemos acesso centra-se na afirmação da portugalidade e , em particular, da região através dos símbolos que os peregrinos alentejanos usaram. De entre os diversos símbolos a imprensa deu destaque aos inúmeros estandartes de grupos católicos, bandeiras das dioceses integrantes da peregrinação e a bandeira

¹¹⁴ Cf. *Novidades*, Ano LXII, nº 9781, 17 de Setembro de 1927, p. 2

¹¹⁵ Cf. *Novidades*, Ano LXI, nº 9413, 1 de Setembro de 1926

¹¹⁶ Cf. *A Defesa*, 2 de Outubro de 1926, pp 2 e 3

que serviu de distintivo a esta peregrinação com fundo branco, cruz de Aviz em verde e escudo nacional ao centro.

Os peregrinos alentejanos desfilaram por entre massas compactas de fiéis de outras peregrinações e, apesar da grande multidão, o cortejo conseguiu entrar ordenado na gruta¹¹⁷. Esta ideia de ordem foi muito cara aos organizadores da peregrinação que, em mais do que um artigo, destacaram esta qualidade dos portugueses em terras estrangeiras. Outra imagem positiva que os peregrinos passaram e que a organização destacou prendeu-se com o vestuário sóbrio que foi utilizado.

Um outro artigo que descreve os contactos havidos entre os alentejanos e outros peregrinos reporta-se à procissão das velas, um evento que reunia milhares de peregrinos que juntos desfilavam, rezavam e entoavam cânticos a um só voz : «À noite depois do jantar havia a procissão das velas também cheia de enternecimento para os Peregrinos. Eram longas massas de milhares e milhares de pessoas que se iam estendendo pelas alamedas da esplanada do Rosario, levando velas acesas, cantando o Ave para depois se concentrarem todos em frente ao Rosario e cantarem o Credo num unisono maravilhoso de vozes e de sentimentos de fé.»¹¹⁸

Menos positivo foi certamente o contacto com um grupo de pessoas numa estação espanhola, durante uma espera forçada pelo cruzamento com diversos comboios : « nos quedámos (...) especados e quasi bloqueados por um exercito de garotos pedintes e de gente pouco educada, isto é de contacto pouco agradável»¹¹⁹. O artigo é parco na descrição deste acontecimento pelo que ficamos sem compreender a que se deveu este contacto que foi reputado de forma tão negativa.

¹¹⁷ Cf. *Novidades*, Ano LXII, nº 9785, 21 de Setembro de 1927, p. 1

¹¹⁸ Cf. *A Defesa*, Ano IV, nº 186, 2 de Outubro de 1926.

¹¹⁹ Cf. *Novidades*, Ano LXII, , nº 9785, 21 de Setembro de 1927, p. 1

CONCLUSÕES

As peregrinações transnacionais não foram apenas uma forma de manifestação piedosa. Subjacente à ideia de participar nesta experiência, surgia também a oportunidade para conhecer novos lugares, pessoas de diversas nacionalidades, e a possibilidade de participar num movimento que ultrapassava as fronteiras sociais, linguísticas e nacionais.

A organização destes movimentos pertencia, de forma muito expressiva, à Igreja Católica, que chamava a si as tarefas inerentes à publicitação, inscrição dos participantes, reservas dos meios de transporte e dos hotéis e à programação da jornada, incluindo as visitas de carácter mais turístico. É devido a este envolvimento que no Arquivo da Sé de Évora se encontram em depósito dois manuscritos que compilaram as listas de inscrição dos participantes nas peregrinações alentejanas a Lourdes e que motivaram esta dissertação de mestrado.

Esta experiência de *transnacionalidade* envolveu, nos dois anos que estudámos, mais de setecentos indivíduos pertencentes a uma faixa do território nacional caracterizada pela interioridade e consubstanciada numa viagem de comboio, durante a qual apenas existiram paragens para ofícios religiosos e visitas de carácter turístico, a partir das quais inferimos as experiências de alargamento dos horizontes geográficos e culturais.

A participação nesta viagem caracterizou-se também por uma componente familiar perceptível através das listagens nominativas dos peregrinos que foram inscritos numa sequência onde os apelidos comuns são uma constante. Esta dimensão familiar envolveu famílias nucleares tanto famílias alargadas, como famílias alargadas.

O percurso estabelecido, bem como o programa previamente delineado pela comissão organizadora das *peregrinações alentejanas*, proporcionaram uma

experiência que ultrapassou a participação nos rituais religiosos. Estamos perante uma iniciativa que proporcionou o alargamento dos horizontes geográficos e culturais, numa perspetiva de interconhecimento europeu e que não se restringiu às elites sociais alentejanas, como se pode comprovar pela análise ao perfil socio-ocupacional dos peregrinos que se caracteriza pela diversidade sociológica patente numa diversidade de ocupações que vão desde o proprietário, ao criado de servir, passando pelo oficial dos correios.

As multidões que afluíram ao Santuário de Lourdes configuraram uma experiência nova – eram multidões pacíficas, oriundas de diferentes regiões europeias que, durante um determinado tempo, partilharam uma experiência que foi assumida como transformadora dos indivíduos que a vivenciaram.

O turismo religioso, hoje perfeitamente enquadrado pela Santa Sé, emergiu em finais do século XIX, sob a forma das peregrinações transnacionais.

FONTES IMPRESSAS

- *A Defesa*, Évora (1926-1927)
- *Noticias d'Evora*, Évora (1926-1927)
- *Novidades*, Lisboa (1926-1927)

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Beja

Recenseamento eleitoral do concelho de Beja – 1926

Registo dos passaportes 1925 a 1928

Arquivo Distrital de Évora

Núcleo do Governo Civil

Registo dos passaportes 1925 a 1928

Arquivo da Sé de Évora

1ª Peregrinação Alentejana a Lourdes

2ª Peregrinação Alentejana a Lourdes

Núcleo da Câmara Municipal de Évora:

Recenseamento eleitoral do concelho de Évora – 1926

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA (de), Maria Antónia Pires, (2008), *Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX*, *Análise Social*, vol. XLIII (3.º), 2008, 627-645.

BAIÔA, Manuel Pimenta Morgado, (2012), FONSECA, Helder Adegar, orient. tese; TEIXEIRA, Nuno Severiano, orient. tese, *Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)* Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História Contemporânea,

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.) (1999), *Dicionário de História de Portugal – Suplemento F/O e P/Z*, volumes VIII e IX, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999.

BERNARDO, Maria Ana (2002a), *A dinâmica dos recenseamentos eleitorais no final da 1ª República – uma reflexão em torno de duas variáveis: alfabetizados e emigrantes*, *Penélope*, nº27, pp 93-124.

BERNARDO, Maria Ana, (2002b), *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX: o Círculo Eborense*, Lisboa: Ed. Cosmos.

BERNARDO, Maria Ana Rodrigues, (2009) , FONSECA, Helder Adegar, orient. tese; SOBRAL, José Manuel, orient. tese; *Sociedade e Elites no concelho de Évora: Permanência e Mudança (1890-1930)* Dissertação de Doutoramento em História, Universidade de Évora.

BLOCH, Marc (1928), *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*, *Revue de Synthèse Historique*, 46 ,pag.15-50

BOTELHO, Tarcício B. (2008), *Categorias de diferenças: ocupação, “raça” e condição social no Brasil do século XIX*, *Locus. Revista de História*, Volume 14 - Nº 1, pp.195-228.

FERNANDES, António Teixeira, (2007), *Igreja e sociedade na monarquia constitucional e na primeira república*. Porto: Edições Criativas.

FONSECA, Helder Adegar, (1996a), *O Alentejo no Século XIX. Economia e atitudes económicas no Alentejo Oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 536 pp.

FONSECA, Helder Adegar, (1996b), *As elites económicas alentejanas: anatomia social e empresarial*, *Análise Social*, XXXI (136-137), (2º-3º), pp. 711-748.

FONSECA, Helder Adegar, (2002), *O Perfil Social da «Elite Censitária» no Sul de Portugal: Alentejo, Século XIX*, H.A. Fonseca and M.D. Duenas (eds) –*Élites Agrárias en la Península Ibérica (Sig. XIX)*, Número monográfico de Ayer , *Revista de Historia Contemporánea*, nº 48, 2002, pp. 181-216

FONSECA, Helder Adegar e GUIMARÃES, Paulo E., (2006) *Intergenerational total Mobility in Portugal, 1911-1957: The examples of Évora and Setúbal*, Paper prepared for the XIV IEHC – Session on the Intergenerational Transmission of Occupation and Social Class, Helsinki, Finland, 21 to 25 August.

FORTUNA, Carlos e FERREIRA, Claudino, (1992), *Estradas e Santuários: perfil sócio-religioso e motivações dos peregrinos caminhantes a Fátima*, *Oficina do CES*, nº 30, Coimbra, pp 1-36.

GUEDJ, François, SIROT, Stéphane, (1997), *Histoire Sociale de L'Europe, Industrialisation et Société en Europe Occidentale 1880-197*, Paris, Ed. Seli Arslan, pág 22-23.

GUIMARÃES, Paulo E, (2004), *Elites e indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal Contemporâneo*. 2 vols. Évora: Univ. Évora, - Dissertação de doutoramento.

HARP, Stephen L., (2001) *Travel and Tourism*, in *Encyclopedia of European Social History from 1300 to 2000*, vol.5.. pp 229-248

JAFARI, Jafar (ed.) (2000), *Encyclopedia of Tourism*, Routledge,

KAELBLE, Hartmut, (2003), *Social history in Europe - Introducing The Issues*, *Journal of Social History*, vol.37, nº1, pp 29-35, Fall.

LOPES, Fernando Farelo (1994), *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa

MARQUES, A. H. Oliveira, (1978), *História da 1ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

MATOS, Ana Cardoso, (2007) *A electricidade na cidade de Évora: da Companhia Eborense de Electricidade à União Eléctrica Portuguesa*, *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 8, pp. 195-21.

NOLAN Mary Lee; NOLAN Sidney, (1989), *Christian Pilgrimage in Modern Western Europe*, University of North Carolina Press, 428 pgs.

NOVOA, António Sampaio da (1987), *Les temps des professeurs*, Vol II, Lisboa, JNIC

PEREIRA, Pedro, (2008), *A Minha Senhora da Saúde, O processo de apropriação individual da Senhora da Saúde de Touvedo*, (con)textos. *Revista d'antropologia i investigació social*, Número 1. Maig, Pàgines 59-73. ISSN: 2013-0864, <http://www.con-textos.net>.

PROCACCI, Giuliano, (2007), *Historia General del Siglo XX*, Barcelona, ed Critica, 636 pp.

PALMOWSKY, Jan, (2004), *Dictionary of Contemporary World History*, Oxford University Press, New York, 714 pp.

RAMOS, Rui (1994), *A Segunda Fundação, História de Portugal* dir. de José Mattoso, 6º vol., Ed. Círculo de Leitores, 683 pp.

RAMOS, Rui, (2009), *História de Portugal*, Esfera dos Livros, Lisboa, 976 pp.

REIS, Bruno Cardoso, (2001), *Fátima: a recepção nos diários católicos (1917-1930)*, *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), pp 249-299.

ROSAS, Fernando, (1992), *Portugal e O Estado Novo (1930/60)*, Vol. XII da Nova História de Portugal (div. A.H. Oliveira Marques e Joel Serrão), Ed. Presença, 572 pp.

SANCHIS, Pierre, (2006), *Peregrinação e romaria: um lugar para o turismo religioso*, Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, ano 8, n. 8, p. 85-97, Outubro, Porto Alegre.

SARMENTO, José Miguel Bruno da Costa de Moraes, (2008), *O turismo como instrumento de cooperação*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, 145 pp.

SOBRAL, José Manuel, (2003), *A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português*, 2003, Análise Social, vol. XXXVII (165), 1093-1126.

SOBRAL, José Manuel, (2004), *O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)*, 2004, Análise Social, vol. XXXIX (171), 255-284

ANEXO GRAVADO EM SUPORTE DIGITAL

Anexo 1 : Listagem dos Peregrinos Alentejanos – atributos sociais e classificação HISCO